



RESISTÊNCIA

**Leitores, autores, livreiros, editores
e censura a livros no Brasil
De 2019 a 2022**

**Sandra Reimão
João Elias Nery
Flamarion Maués**



Edições EACH

Sandra Reimão
João Elias Nery
Flamarion Maués

RESISTÊNCIA

**leitores, autores, livreiros, editores
e censura a livros no Brasil
de 2019 a 2022**

São Paulo
Edições EACH
2023

DOI: 10.11606/9786588503577



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

2023 – Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP
Rua Arlindo Bettio, 1000 – Vila Guaraciaba
Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP), Brasil
03828-000

Os direitos das imagens e obras apresentadas pertencem a seus respectivos autores e foram utilizados de acordo com o Artigo 46 da Lei 9.610/98, que permite a reprodução para fins acadêmicos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor
Vice-Reitor

Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Diretor
Vice-Diretor

Profa. Dr. Ricardo Ricci Uvinha
Profa. Dra. Fabiana de Sant'Anna Evangelista

Conselho Editorial das Edições EACH

Publicação

Prof. Dr. Jefferson A. Mello (EACH/USP – Brasil) - Presidente
Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza (EACH/USP – Brasil)
Analúcia dos Santos V. Recine (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Anna Karenina A. Martins (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Clara Vasconcelos (Universidade do Porto – Portugal)
Prof. Dr. Daniel Hoffman (Rutgers University - EUA)
Profa. Dra. Flávia Mori Sarti (EACH/USP – Brasil)
Maria Fátima dos Santos (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Michel Riadel (Sorbonne Université – França)
Profa. Dra. Rosely A. Liguori Imbernon (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Verônica Marcela Guridi (EACH/USP – Brasil)

Projeto Gráfico

Ivan Coluchi

Tipografia

Candara (Títulos)
Roboto (Texto)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca.
Maria Fátima dos Santos (CRB-8/6818)

Reimão, Sandra Lucia Amaral de Assis

Resistência : leitores, autores, livreiros, editores e censura a livros no
Brasil de 2019 a 2022 / Sandra Reimão, João Elias Nery, Flamarion Maués.
– São Paulo : Edições EACH, 2023.
99 p.

ISBN 978-65-88503-55-3 (brochura)

978-65-88503-57-7 (ebook)

DOI 10.11606/9786588503577

1. Censura – Brasil. 2. Liberdade de expressão – Brasil. 3. Mercado
editorial - Brasil. 4. Livros. I. Nery, João Elias. II. Silva, Flamarion Maués
Pelúcio. III. Título. IV. Subtítulo.

CDD 22. ed. – 303.3760981

Como citar esta publicação no todo, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

REIMÃO, S. L. A. A.; NERY, J. E.; MAUÉS, F. **Resistência**: leitores, autores, livreiros, editores e censura a livros no Brasil de 2019 a 2022. São Paulo: Edições EACH, 2023. 99 p. DOI 10.11606/9786588503577.

Como citar o capítulo desta publicação, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

REIMÃO, S. L. A. A.; NERY, J. E.; MAUÉS, F. Título do capítulo/parte. In: REIMÃO, S. L. A. A.; NERY, J. E.; MAUÉS, F. **Resistência**: leitores, autores, livreiros, editores e censura a livros no Brasil de 2019 a 2022. São Paulo: Edições EACH, 2023. p. xx-yy. DOI 10.11606/9786588503577..

Sumário

Nota prévia	5
Brasil, 2019 – Censura a livros	6
2015-2018 – O prenúncio	6
Investidas contra duendes, bruxas, cultura africana e educação sexual	10
Censura na Bienal do Rio e outros embates.....	14
Acerca do primeiro ano do governo Bolsonaro	18
Brasil, 2020 – Censura a livros	23
Censura em Rondônia e outros eventos censórios	23
Ameaças de taxação e manifestos pela defesa do livro ..	27
Expurgo de uma biblioteca e falsificação digital	30
O expurgo da biblioteca da Fundação Palmares	30
Falsificação de uma postagem do padre Lancellotti	34
Mais cerceamentos à informação e aos livros	39
Acerca do desmantelamento do Enem	39
A interrupção da coleção de livros Memórias Reveladas	42
Anotações finais.....	51
Destaque: Atos de resistência.....	53
Por uma política nacional do livro universitário: conhecimento e ciência a favor da democracia	88
Anexos	61
Sobre os autores	99

Nota prévia

Ao longo dos séculos, os livros têm convivido com ações de repressão e censura. Em que pese esta persistência, cada circunstância histórica apresenta sua singularidade.

Este livro aborda ações de censura a livros ocorridas no Brasil entre os anos 2019 e 2022 – durante o governo de extrema direita do presidente Jair Bolsonaro.

A veemência com que os poderes autoritários buscam cercear a publicação e circulação de livros atesta o temor que déspotas e tiranos têm da força das ideias.

As ações de censura que elencamos aqui foram noticiadas por jornais e revistas. Devido à proliferação da ideologia autoritária na sociedade brasileira no período em foco, muitos outros casos devem ter ocorrido e não chegaram a virar notícia ou só tiveram repercussão local.

Este livro enfoca também algumas ações de defesa pública da liberdade, da produção e da circulação de livros que ocorreram neste período.

Ao lado das ações de defesa do livro, da cultura e da democracia que destacamos aqui, sabemos que inúmeros editores, livreiros e leitores também atuaram, coletiva ou individualmente, em múltiplas ações, na defesa do livro, da cultura, da ciência e do conhecimento – mesmo em tempos sombrios. Para todas essas vozes da resistência, ficam aqui nossas homenagens.

Brasil, 2019 – Censura a livros

Esse capítulo aborda ações de censura em relação a livros ocorridas no ano de 2019 – primeiro ano do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Entendemos por censura a livros qualquer atitude que busque limitar atividades de autores, editores, gráficos, distribuidores, livreiros e leitores, ou seja, qualquer ação que busque cercear atividades de agentes do circuito de comunicação do livro (DARNTON, 1990 e 2010).

2015-2018 – O prenúncio

No dia 5 de outubro de 2018, cerca de cinquenta alunos e ex-alunos reuniram-se na calçada em frente ao colégio particular católico Santo Agostinho, no bairro do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, para protestar contra a suspensão da indicação da leitura do livro *Meninos sem Pátria*, de Luiz Puntel, da coleção Vaga-lume, da editora Ática, que constava na lista de material escolar para alunos da 6ª série do ensino fundamental.

A suspensão da indicação da leitura deste livro por parte da escola se deu por pressão de um grupo de pais estimulados pela publicação, em uma página do Facebook denominada Alerta Ipanema, da acusação de que o colégio, com esta indicação de leitura, estava tentando “doutrinar crianças do sexto ano (11 e 12 anos) com a ideologia comunista na sala de aula”. O livro *Meninos sem Pátria* conta a história de Marcão e Ricardo, filhos de um jornalista que tem que deixar o Brasil durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Evidentemente, a tentativa de cercear a circulação do livro *Meninos sem Pátria* deu-se por causa do tema – a recente ditadura militar brasileira.

Não podemos esquecer que há na nova extrema direita brasileira um discurso de louvação de ações da repressão e de apoio a torturadores.

A tentativa de censura ao livro *Meninos sem Pátria*, de Luiz Puntel, em outubro de 2018, repercutiu e ganhou espaço na mídia graças à mobilização dos alunos que decidiram protestar no espaço público e promover leituras em grupo da obra. Tornar pública e noticiar a tentativa de censura foi uma forma de luta contra o atraso e o autoritarismo que este ato representa – e esse recurso teve um grande efeito por tratar-se de um colégio prestigiado em uma grande capital.



Imagem: *O Globo* – 05/10/2018. Protesto dos estudantes do Santo Agostinho, em frente ao colégio pela suspensão do livro *Meninos sem Pátria*. Foto: Ana Paula Blower. Fonte: sítio eletrônico do jornal *O Globo*.



Imagem: Capa de *Meninos sem Pátria*, de Luiz Puntel. São Paulo: Editora Ática, série Vaga-lume, 2016, 23ª edição. Capa montagem de Marcelo Martinez / Laboratório Secreto sobre ilustração de Jayme Leão.

Uma matéria publicada no Blog das Letrinhas em 23 de outubro de 2018, relacionou 10 outros casos recentes de tentativa de interdição de circulação de livros infanto-juvenis especialmente no ambiente escolar (BLOG DAS LETRINHAS, 2018). Os principais motivos alegados para solicitação de interdição da circulação dos livros foram: 1) Utilização de palavras que os pais consideraram inadequadas, especialmente palavrões; e 2) Referências a sexo e sexualidades e informações sobre órgãos sexuais.

Os 10 casos listados foram:

1. *Oliver Twist*, de Charles Dickens (1812-1870), adaptação para quadrinhos de Loic Dauvillier e tradução de Luciano Vieira Machado (Editora Salamandra). A solicitação para a retirada da indicação de leitura deveu-se ao uso de palavra de conotação sexual, no caso, “prostituta”.
2. *A marca de uma lágrima*, de Pedro Bandeira (Editora Moderna. A primeira edição é de 1985). O tema da paixão entre jovens de 14 anos foi considerado inadequado e precoce.
3. *Aparelho sexual e cia.: um guia inusitado para crianças descoladas* (título original: *Le guide du zizi sexuel*), de Hélène Bruler e Zep. Tradutor: Eduardo Brandão (Editora Companhia das Letras). Trata-se de um livro de educação sexual que foi acusado, pelos que solicitaram seu veto, de apologia ao sexo.
4. *Apoema*, de Ana Maria Pereira, Margarida Santana e Monica Waldheim (Editora Brasil). Alegação para a solicitação de veto: conteúdo sexual considerado inadequado.
5. *Enquanto o sono não vem* (contos), de José Mauro Brant (Editora Rocco). Alegação para a solicitação de veto: conteúdo sexual considerado inadequado.
6. *Omo-oba: histórias de princesas*, de Kiusam de Oliveira (Editora Mazza. A primeira edição é de 2009). A presença de princesas africanas foi considerada

inadequada, apesar da obrigatoriedade do estudo da cultura africana no ensino fundamental e no ensino médio brasileiros.

7. *O diário de Anne Frank em quadrinhos (Anne Frank: The Graphic Diary)*, de Anne Frank (original de 1947), adaptação de Ari Folman e David Polonsky. Tradução de Raquel Zampil (Editora Record). Alegação: apresentação do órgão sexual feminino foi considerada, pelos solicitantes do veto, inadequada.
8. *Pela estrada afora*, Leo Cunha (Editora Atual. A primeira edição é de 1993). Alegação para a indicação de veto: utilização de palavras.
9. *Histórias de bobos, bocós, burraldos e paspalhões*, de Ricardo Azevedo (Editora Ática). Tematizar o bullying foi visto como uma forma possível de incentivá-lo.
10. *O menino que espiava para dentro*, de Ana Maria Machado (Editora Global). A ideia do perder-se em si, da subjetividade imaginativa, foi lida por aqueles que solicitaram a suspensão do livro como possível incentivo ao suicídio. O editor recusou-se a retirar o livro do catálogo.

Alguns dos casos acima foram noticiados por vários jornais e revistas, mas, muito provavelmente, devido à proliferação de grupos retrógrados autoritários na sociedade brasileira no período em foco, dezenas de outros casos devem ter ocorrido e não viraram notícia ou só tiveram repercussão local.

Investidas contra duendes, bruxas, cultura africana e educação sexual

Em fevereiro de 2019, o maior clube de livros infantis do Brasil com cerca de 170.000 assinantes, o Leiturinha, publicou um edital para autores e assinalava que não aceitava inscrição de obras com “seres mágicos, como bruxas, fadas e duendes”. A repercussão negativa nas mídias sociais foi imensa e rapidamente o clube retirou a

chamada. Este edital estava ressoando a postura do governo Jair Bolsonaro, empossado no mês anterior. A perseguição aos “seres mágicos” na literatura infantil é um dos temas constantes entre os chamados “bolsonaristas”, como explicaremos abaixo.

No dia 8 de janeiro de 2019, ou seja, na semana seguinte à posse de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, foi disponibilizado nas redes sociais um vídeo com um trecho de um discurso de Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em que ela pregava contra o livro infantojuvenil *Manual Prático de Bruxaria* em onze lições, de autoria de Malcolm Bird, publicado pela editora Ática (título original: *The Witch's Handbook*, tradução de Heloisa Prieto).

O vídeo é um trecho de um vídeo maior, postado em 1º de maio de 2016, sob o título “Ideologia de gênero e livros impróprios”, em que Damares Alves fala (de maneira um tanto confusa e desorganizada) contra três tipos de livros:

1. Livros com duendes, bruxas e diabos. Neste segmento, Damares cita, além do *Manual prático de bruxaria*, o livro *A máquina de brincar*, poemas de Paulo Bentancur (Editora Bertrand Brasil). No mesmo sentido, Damares também se opôs ao livro *Evocações* de Marcia Kupstas, publicado pela editora Ática – que tematiza o sobrenatural. O tema das bruxas, duendes e seres mágicos em geral foi uma das obsessões dos intolerantes atrelados aos novos ministérios do governo de Jair Bolsonaro – segundo eles, este tema estaria ocupando o lugar da leitura da Bíblia e estaria gerando “confusão mental” e “morte espiritual” entre crianças e jovens.
2. Livros sobre cultura africana. No caso, Damares cita o livro *Eleguá*, de autoria de Carolina Cunha (Editora SM, São Paulo), e o acusa de promover a religião africana. Destaquemos que a Constituição Brasileira, no artigo 5º, VI, afirma que “é inviolável a liberdade de consciência e

de crença” e também assegura “o livre exercício dos cultos religiosos”. Além disso, a lei 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade, no ensino fundamental e médio, do estudo da história da África e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, e do estudo da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional.

3. Livros que visam, nas palavras de Damares, promover “confusão na identidade sexual” dos jovens e das crianças e “desconstruir os valores da família”. Neste segmento, são citados os livros *O grande e maravilhoso livro das famílias* e *Bem-vindos à família*, de Mary Hoffman e Ros Asquith (Editora SM). Na realidade, são livros que visam justamente o contrário – buscam explicar e apoiar os vários arranjos familiares. Ainda na listagem dos livros que, segundo Damares, visariam desconstruir a família está a obra *A princesa e a costureira*, de autoria de Janaína Leslão (Editora Metanoia).

Na pregação de Damares Alves de 1º de maio de 2016 é possível encontrar dois tópicos recorrentes na retórica da extrema direita: 1) a oposição “nós e eles”, presente em frases como: “olha o que fizeram com nossas crianças”; “não confundam nossas crianças”, “o lugar do teu filho é na igreja”, e 2) o fortalecimento dos laços de pertencimento e proteção, como, por exemplo a afirmação: “e se tu tiver (sic) problema com a escola fale com o pastor... que a gente vai lá resolver na sua escola”.

É importante notar que, com pregações como a acima citada, a ex-ministra não só atinge os livros indicados, mas cria um ambiente geral de autocensura, como notou Joana Oliveira em artigo denominado “‘Caça às bruxas’ de Damares provoca autocensura no mercado literário infantil”, publicado no jornal El País em 13 de fevereiro de 2020 (OLIVEIRA, 2020).

Com a mesma alegação de tentar proteger os jovens contra o que os conservadores chamam de “ideologia de gênero”, em agosto de 2019, um vereador da cidade de

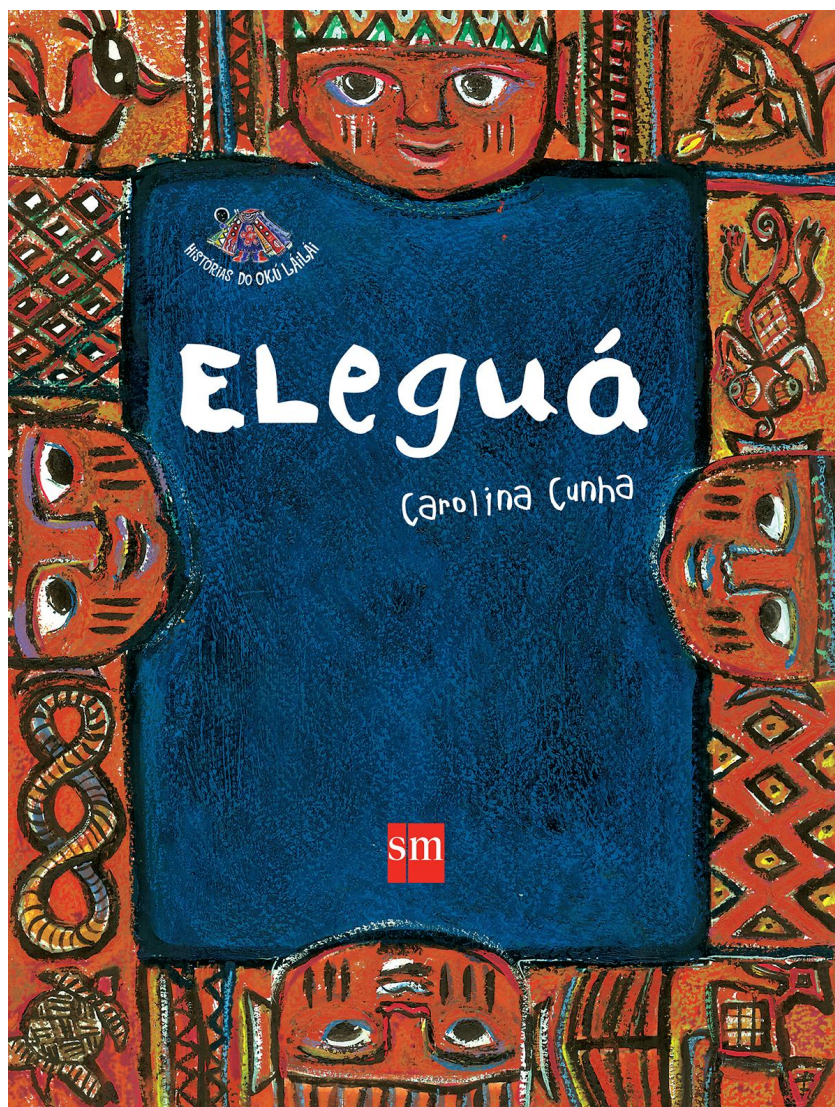


Imagem: capa do livro *Eleguá* de Carolina Cunha (ilustrações da autora). Edição de arte: Leonardo Carvalho. Editora SM, 2007.

Limeira, no interior do estado de São Paulo, pediu à Secretaria Municipal de Educação a retirada do livro de Lygia Bojunga *A bolsa amarela* da lista de indicações de leitura. A solicitação do vereador não foi atendida depois de parecer da Associação dos Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil, AEILIJ. Lembremos que o livro *A bolsa amarela* foi publicado pela primeira vez em 1976 e é uma referência na literatura infantojuvenil brasileira.

Censura na Bienal do Rio e outros embates

A Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2019, evento promovido pela Câmara Brasileira do Livro, CBL, que reúne editores, livreiros, escritores, ilustradores e é aberto ao público em geral, aconteceu entre os dias 30 de agosto e 8 de setembro e contou com um público de mais de 600.000 visitantes e mais de 1.300 atividades culturais segundo a página oficial da feira. Foi neste evento que ocorreu uma das tentativas de censura a livros no Brasil de maior repercussão dos últimos anos. Vejamos a cronologia dos principais lances deste acontecimento:

- 5 de setembro (noite); Marcelo Crivella, então prefeito da cidade do Rio de Janeiro postou um vídeo no Twitter informando que ele determinou aos organizadores da Bienal o recolhimento dos exemplares do livro *Vingadores: a cruzada das crianças*, de autoria de Allan Heinberg e Jim Cheung, publicado pela Marvel, Salvat (título original: *Avengers: The children's crusade*, tradução de Rodrigo Barros e Paulo França) por conter “conteúdo sexual para menores”. Na realidade, o que havia, por parte do prefeito do Rio de Janeiro era uma perseguição homofóbica, pois há um beijo entre dois personagens masculinos em uma página interna do livro. Convém ressaltar que o livro estava embalado por capas plásticas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Note-se que não há nenhuma imagem erótica ou sexual na capa do livro.

- 5 de setembro – A Bienal emite nota afirmando que não realizará o recolhimento de nenhum livro.
- 6 de setembro – Em menos de uma hora são vendidos todos os exemplares de todos os estandes da Bienal do livro *Vingadores: a cruzada das crianças*.
- 6 de setembro – Fiscais da Secretaria de Ordem Pública do Rio de Janeiro são enviados à Bienal. Após conversa fechada com organizadores, nada recolhem.
- 6 de setembro - A organização da Bienal recorre à Justiça, com um mandado de segurança preventivo, solicitando o impedimento do recolhimento de livros e solicitando garantias para o pleno funcionamento do evento.
- 6 de setembro – A Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, assegura que o prefeito não tem poder para recolher obras literárias.
- 6 de setembro – Liminar da 5ª vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, TJ-RJ, impede a apreensão de livros.
- 7 de setembro – Nova decisão do TJ-RJ, atendendo a recurso da prefeitura, manda recolher livros com temática LGBT que não estejam lacrados.
- 7 de setembro - Novamente fiscais da Prefeitura vão à Bienal e nada recolhem.
- 8 de setembro - O presidente do Supremo Tribunal Federal, STF, Dias Toffoli, derruba decisão do TJ-RJ que permitiu o confisco de obras literárias.



Todo este vaivém jurídico gerou três ações de grande porte na sociedade civil, com significação e impacto na opinião pública: um “beijão” público, uma doação de 14.000 exemplares de livros de temática de apoio à diversidade sexual e um abaixo-assinado de escritores a favor da Bienal e contra a censura. Vejamos estes atos de resistência:

1. No dia 7 de setembro, às 19 horas, no Riocentro, local onde ocorria a Bienal Internacional do Livro, várias bandeiras com cores do arco-íris foram estendidas e o público realizou um grande beijo simultâneo com dizeres: “Fora Crivella” e “Não vai ter censura”.
2. Ao final da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2019, um grupo de escritores divulgou um manifesto de apoio à Bienal e de repúdio às tentativas de censura por parte do prefeito do Rio de Janeiro.
3. Felipe Neto, o youtuber de maior sucesso no país com um canal com 41 milhões de inscritos e ator em três filmes de enorme sucesso de público entre jovens, adquiriu 14 mil livros com temática relativa a direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transvestis, transexuais e transgêneros (LGBT) que estavam à venda na Bienal, e organizou uma distribuição gratuita dos mesmos. Os livros, embalados em um plástico preto, traziam uma etiqueta com o aviso: “Este livro é impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas”.



Imagem: livros embalados em plástico preto com etiqueta com o aviso: “Este livro é impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas”. Fonte: Estadão eletrônico 10/09/2019. Foto: AFP Photo / Rio de Janeiro, Biennial International Book Fair / Fernando Souza.

Estas três vigorosas reações de diferentes grupos sociais à tentativa censória e ao abuso de poder por parte do prefeito Marcelo Crivella, reforçaram a pauta da liberdade de expressão e de opinião e são elementos que precisam ser somados aos fatores que levaram à não reeleição de Crivella em 2020.

Em agosto de 2021, ao anunciar a Bienal do Rio de Janeiro, o prefeito Eduardo Paes não perdeu ocasião de ironizar o acontecimento de 2019 e salientou, em várias declarações e em seu Twitter que a Bienal do Livro no Rio de Janeiro em 2021 seria uma bienal sem censura. E enfim, de 3 a 12 de dezembro de 2021 realizou-se a XX Bienal do Livro do Rio de Janeiro pautada pela chave da diversidade, da inclusão e contra qualquer forma de censura – em forte contraposição à edição de 2019.



Durante o ano de 2019, duas ações censórias ocorridas em feiras do livro foram noticiadas.

A primeira delas, no mês de abril, foi o veto, por parte da reitoria, à presença das editoras Boitempo e Contracorrente na feira do livro da Universidade Mackenzie, no campus do bairro Higienópolis, na cidade de São Paulo. A feira foi organizada pelo centro acadêmico da instituição. A editora paulista Boitempo é uma referência na publicação de textos do pensamento crítico de esquerda, incluindo aí textos clássicos deste perfil. A editora Contracorrente, sediada em São Paulo, trabalha muito por venda direta, e também apresenta um catálogo em que são destaques obras do pensamento de esquerda. O veto à participação das editoras na feira do livro do Mackenzie deu-se, evidentemente, pelo perfil político dos livros publicados por elas – o Mackenzie é uma instituição de ensino que durante a ditadura militar brasileira era vista como vinculada ao regime. As editoras publicaram uma nota de repúdio à ação censória.

Ainda há outro caso ocorrido em feiras do livro em 2019. Este, na cidade de Nova Hartz, no estado do Rio Grande do Sul. A escritora gaúcha Luisa Geisler foi desconvidada da feira e exemplares de seu livro *Enfim, capivaras* (Editora Seguinte), adquiridos pela prefeitura deste município, foram recolhidos por, segundo a denúncia, conterem palavrões e linguajar inadequado. No caso, a escritora conversaria com jovens de 11 a 15 anos e o linguajar, na visão da escritora, era adequado a esta faixa etária.

Reafirmando como, com grande desfaçatez, o autoritarismo arbitrário age constantemente em diferentes esferas do poder e do espaço público, vejamos o caso ocorrido no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, conhecido como Itamaraty, em agosto de 2019.

A Fundação Alexandre de Gusmão, Funag, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, encomendou ao embaixador Synesio Sampaio Góes Filho uma biografia de seu patrono. O trabalho que recebeu o título *Alexandre de Gusmão (1695-1753): O estadista que desenhou o mapa do Brasil* foi entregue e aprovado pelo Ministério. Após a aprovação, o autor convidou o embaixador Rubens Ricupero para prefaciar a obra. No entanto, o autor foi informado que a obra só seria publicada pelo Itamaraty se ele retirasse o prefácio – Rubens Ricupero havia manifestado várias opiniões críticas ao então governo Bolsonaro e ao ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo. O autor Góes Filho considerou essa atitude uma ação de censura e retirou a obra da Funag. A obra foi publicada posteriormente pela Editora Record.

Acerca do primeiro ano do governo Bolsonaro

As posturas explicitadas por Bolsonaro durante sua campanha eleitoral a respeito de democracia, de diversidade e pluralidade, de direitos humanos, de racismo, violência, feminismo e direito das mulheres, direitos das minorias, porte de armas, enfim, sobre os temas relevantes

para a construção de uma sociedade aberta e democrática, deixavam clara sua postura autoritária e antidemocrática, regressiva. Como destacou André Singer, na eleição de 2018 o ponto era que “desta feita, o que está em questão não é apenas a próxima Presidência, mas a própria continuidade da democracia” (SINGER, 2018). Não por acaso Bolsonaro disse, em diferentes ocasiões, entre o primeiro e o segundo turno da eleição, que o objetivo de seu governo seria fazer o Brasil ser igual a 40, 50 anos atrás. Cinquenta anos atrás o Brasil vivia em uma ditadura militar (1964-1985) com censura em relação a produções de arte, cultura, espetáculos e aos livros (REIMÃO, 2019).

A gestão de Jair Bolsonaro realizou o prometido em campanha: baixa presença de mulheres, figuras com forte conexão com a religião – notadamente evangélicos – e participação massiva de militares em áreas estratégicas. Além disso, também como havia sido anunciado, as áreas da cultura e educação receberam atenção diferenciada, com o objetivo de desconstruir as políticas até então vigentes. No caso do Ministério da Educação, ocorreu a desconstrução das macropolíticas que vinham do governo Fernando Henrique Cardoso, FHC, e que haviam sido continuadas e ampliadas – com alterações – pelos governos petistas. A nomeação de figuras sem qualquer relevância intelectual ou política para o cargo de ministro é parte desse processo, bem como as posições públicas preconceituosas e extremistas desses ministros – em particular os dois primeiros ocupantes do cargo.

No caso da cultura, houve a extinção do ministério – que já havia sido tentada por Michel Temer –, este foi transformado em Secretaria Especial da Cultura, ligada ao Ministério do Turismo. Concomitantemente a este rebaixamento, houve o seu esvaziamento em termos de verbas e a nomeação de artistas ou tecnocratas afinados com a perspectiva neoconservadora e de combate à livre circulação das ideias e de combate à ciência. No segundo

semestre de 2020 houve cortes de verba em órgãos culturais como Funarte, Fundação Biblioteca Nacional e Fundação Casa de Rui Barbosa. No campo da cultura houve direcionamento de verbas à produção cultural cujos valores apresentavam afinidades com a gestão do presidente Bolsonaro e cerceamento a produções que não tivessem estas características. O posicionamento governamental estabeleceu forte conflito com a cultura de defesa da diversidade, dos direitos humanos e da democracia que tem pautado boa parte da cultura brasileira pós-Constituição de 1988.

Combater os valores da Constituição de 1988 foi uma constante na vida de Jair Bolsonaro. Desde os tempos em que era militar, ele fez oposição aos valores democráticos e, como parlamentar, não cansou de declarar aversão a temas fundamentais que caracterizam o Brasil pós-ditadura. Gênero, raça, etnia, orientação sexual, entre outros temas que ampliaram a participação na agenda pública, foram tomados pela gestão que assumiu o governo federal em 2019 como pontos a serem combatidos.

A indicação de Damare Alves para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, representou uma das faces marcantes do governo Bolsonaro: o combate à cultura da diversidade, da inclusão e da tolerância. A ela – uma das únicas mulheres do primeiro escalão do governo – coube centralizar, com o presidente, a luta contra a cultura caracterizada por eles como “comunista”. Uma afirmação do então deputado federal Jair Bolsonaro ilustra o que está em disputa. Vejamos: A cartilha e o sério programa “Escola sem homofobia”, construído com grande esforço pelo Ministério da Educação no intuito de colaborar na construção de uma sociedade sem discriminação devido à orientação sexual, foi chamado em 2011 pelo deputado Bolsonaro de “kit-gay”. Além da denominação pejorativa, Bolsonaro acusava o material de promover o homossexualismo. A mistificação em torno do

“kit-gay” foi muito proveitosa para Bolsonaro – tendo gerado uma grande repercussão nas redes sociais.

Não resta dúvida: o governo de Jair Bolsonaro buscou consolidar-se através de um discurso de intolerância e ódio. Os diversos casos de censura a livros que citamos neste estudo demonstram que proliferaram no Brasil atitudes intolerantes e autoritárias que tentavam construir uma cultura de vigilância e censura. A este ambiente tóxico, veio se somar, a partir de março de 2020, a inação genocida do governo federal frente à pandemia da COVID-19. Por outro lado, as vozes da resistência também se fizeram presentes de forma contundente.

Referências Bibliográficas

BLOG DAS LETRINHAS. "*Raízes da censura da ditadura militar*", 23 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.blogdaletrinhas.com.br/conteudos/visualizar/Raizes-da-censura-da-ditadura-militar>.

DARNTON, Robert. "*O que é a história do livro?*" In: O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. "*O que é a história do livro?*" In : A questão dos livros. Tradução: Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

OLIVEIRA, Joana. "*Caça às bruxas' de Damares provoca autocensura no mercado literário infantil*". El Pais, 13 fevereiro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-13/caca-as-bruxas-de-damares-provoca-autocensura-no-mercado-literario-infantil.html>.

SINGER, André. "*Épopeia democrática*". Folha de S .Paulo, 6 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/andresinger/2018/10/epopeia-democratica.shtml>.

REIMÃO, Sandra. Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar. São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2ª ed., 2019.

Brasil, 2020 – Censura a livros

Censura em Rondônia e outros eventos censórios de 2020

Um memorando em nome do secretário da Educação do estado de Rondônia, Suamy Lacerda de Abreu, com assinatura eletrônica da diretora de educação do órgão, Irany de Oliveira Lima Moraes, foi encaminhado para os coordenadores das regionais de educação solicitando que separassem dezenas de livros das bibliotecas das escolas pois eles seriam recolhidos por apresentarem “conteúdos inadequados às crianças e adolescentes”. O memorando foi encaminhado no dia 6 de fevereiro de 2020 e a lista encaminhada anexa continha 43 títulos (de fato 42 pois havia uma repetição). A lista continha títulos clássicos da literatura brasileira e estrangeira. Não havia referência a nenhum parecer técnico para subsidiar esta acusação. Lembremos que o estado de Rondônia era então governado pelo coronel Marcos Rocha, filiado ao PSL, Partido Social Liberal, ao qual Jair Bolsonaro já foi filiado.

A repercussão negativa nas mídias sociais foi imensa, o que levou a que a secretária retirasse, em torno das 14 horas do mesmo dia, a lista de seu sítio eletrônico para acesso público e, ao final da tarde, cancelasse a operação. Antes do cancelamento da operação, a Secretaria tentou negar o fato, negar a existência da lista, mas muitas cópias estavam em circulação na internet.

Além do absurdo dos títulos listados – muitos deles clássicos e, entre os brasileiros, alguns que são leituras obrigatórias nos principais vestibulares do país, como *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis – chama a atenção a desfaçatez do desmando autoritário

e do arbítrio por alguém que detém um cargo público para a promoção da educação.

A tentativa de censura por parte da Secretaria da Educação de Rondônia gerou notas de repúdio da seção Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-RO – e da Academia Brasileira de Letras. A nota elaborada pela ABL aponta que a tentativa censória “desrespeita a Constituição de 1988, ignora a autonomia da obra de arte e a liberdade de expressão”, e também, acrescente-se, estimula o “ódio à cultura, o preconceito, o autoritarismo e a autossuficiência que embasam a censura”.

Um dos episódios mais tresloucados e descabidos nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro na área da cultura, e que seria cômico se não fosse tragicamente perigoso e sintomático, ocorreu em 16 de fevereiro de 2020. Em um vídeo para anunciar um edital para produções culturais o secretário Especial de Cultura de então, Roberto Alvin, ao som de Richard Wagner, utilizou uma estética e mesmo falas que parafraseavam textos do ministro da Propaganda da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels e falava em “nova e pujante civilização brasileira [...] enraizada na pureza dos mitos fundantes”. Diversos grupos da sociedade civil e os presidentes da Câmara e do Senado solicitaram o imediato afastamento do secretário – o que ocorreu no dia seguinte.

Lembremos que este secretário especial foi o mesmo que, em setembro de 2019, enquanto diretor de artes cênicas da Funarte, chamou a atriz Fernando Montenegro, ícone de resistência e integridade do teatro brasileiro, de “mentirosa” e “sórdida”. Tal fato se deu por ocasião do lançamento da autobiografia da artista intitulada *Prólogo, ato e epílogo* (Companhia das Letras). Neste contexto, Fernanda Montenegro foi fotografada como uma bruxa prestes a ser queimada junto a vários livros – essa imagem foi capa e pôster avulso na revista Quatro cinco um. Complementando a capa, a revista apresentava, nas páginas internas, um ensaio com a atriz sobre este tema.

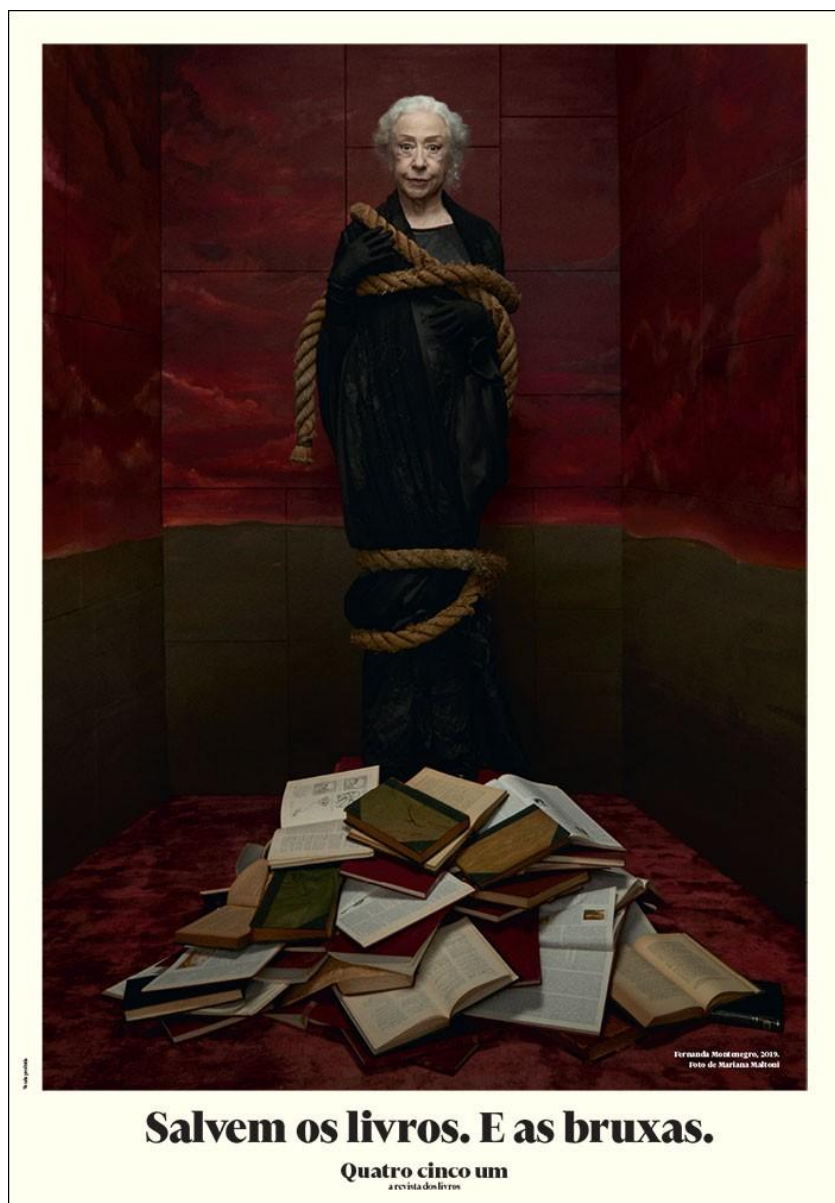


Imagem: A atriz Fernanda Montenegro em foto de Mariana Maloni, com criação do designer Luciano Schmitz, para pôster da Revista *Quatro cinco um* de 19 de setembro de 2019. Fonte: sítio eletrônico Quatro cinco um.



A atriz Regina Duarte foi nomeada em 4 de março de 2020 na vaga do secretário afastado Roberto Alvin. A ideia era que sua indicação pudesse pacificar os artistas e os demais trabalhadores das indústrias culturais. Ocorreu o contrário. Em uma entrevista na rede de televisão CNN, em 7 de maio, Regina Duarte menosprezou a um só tempo os mortos pela pandemia da COVID-19 e pela ditadura militar brasileira e bastante alterada afirmou não querer “arrastar um cemitério de mortes nas minhas costas”. Sua atuação frente a pasta se tornou insustentável. Entre as manifestações de repúdio, destaca-se um abaixo-assinado com mais de 500 nomes de artistas e produtores culturais.



Outro caso de censura a livros no ano de 2020 ocorreu no mês de abril no estado de Santa Catarina na 13ª edição da Feira do Livro de Jaraguá do Sul. Os organizadores se viram compelidos a cancelar o convite à jornalista Miriam Leitão e ao sociólogo Sérgio Abranches após petição eletrônica contra a presença da jornalista no evento devido a seu “viés ideológico e posicionamento”. Os organizadores foram informados de que haveria violência física contra os palestrantes e, por precaução, resolveram desfazer os convites. Lembremos que Miriam Leitão é autora de sete livros e vencedora de dois prêmios Jabuti e entre seus livros mais difundidos e premiados está a obra *Saga brasileira: a história de um povo por sua moeda*, publicado pela editora Record. Em sua juventude, atuou contra a ditadura e foi torturada por órgãos da repressão, experiência que relatou em livro há alguns anos. Sérgio Abranches, cientista político, escreveu, entre outros, o livro *Presidencialismo de coalizão*, publicado pela editora Companhia das Letras.



Em contraposição às ações censórias que se espalhavam pelo Brasil, a prefeitura de São Paulo através de sua secretaria de cultura promoveu, de 17 a 31 de janeiro de 2020 o festival Verão sem censura – em que, além de outras atividades, foram apresentadas manifestações culturais que, em algum lugar e momento, tiveram suas apresentações cerceadas. Liderado pelo secretário de cultura, Alexandre Youssef, tratou-se de uma clara defesa das manifestações culturais e artísticas. O evento foi um sucesso de público, além de ser uma forte sinalização política pela liberdade de expressão.

Ameaças de taxaço e manifestos pela defesa do livro

Em agosto de 2020, o então ministro da Economia Paulo Guedes entregou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária para o país – a ideia central era a de substituir vários tributos, entre eles o PIS (Programa de Integração Social) e a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) com uma alíquota de 12%. Nesta proposta os livros estariam incluídos nessa nova alíquota de 12% - embora os livros estivessem isentos de PIS e Cofins desde 2004. Estima-se que essa aplicação de alíquota implicaria em média um aumento de cerca de 20% no preço final do livro.

O ministro Paulo Guedes, ao apresentar essa nova alíquota, demonstrando desconhecimento do mercado de livros, afirmou que essa taxaço incluiria também os livros porque no Brasil “só rico compra livro”.

Ao contrário da afirmação do ministro, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2020, com dados de 2015 a 2019, demonstra a existência de 27 milhões de leitores no estrato social das classes C, D e E – e que o impedimento central para mais aquisição de livros é o

preço. Obviamente, o encarecimento do preço do livro afastaria ainda mais os leitores das classes menos privilegiadas do acesso a esse bem cultural.

Destaquemos ainda que os livros são isentos de tributos pela Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 150, inciso VI, alínea D, proíbe “União, Estados, Distrito Federal e municípios de criar impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão”. Para conseguir driblar este preceito constitucional, o ministro Paulo Guedes recorre a um jogo semântico tentando separar imposto de contribuição.

Independentemente do nome que se dê, qualquer taxaço seja por impostos, tributos ou contribuiçoes, em cima de qualquer etapa da cadeia produtiva do livro, encarecerá seu preço e será mais um elemento a dificultar a amplificaço do consumo de livros por todos os segmentos sociais.



A proposta de incluir livros na taxaço geral dos bens e serviço gerou uma forte reaço das entidades do livro no Brasil que em 5 de agosto de 2020 publicaram o manifesto “Em defesa do Livro”. O manifesto foi assinado por: ABRELIVROS – Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional; CBL – Câmara Brasileira do Livro; SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros; ABDR – Associação Brasileira de Direitos Reprográficos; ABDL – Associação Brasileira de Difusão do Livro; ABEU – Associação Brasileira das Editoras Universitárias; ANL – Associação Nacional de Livrarias; LIBRE – Liga Brasileira de Editoras.

O forte manifesto “Em defesa do Livro” das entidades nacionais do setor destaca, entre outros pontos, que o livro “é um ativo estratégico para a economia criativa, que facilita a mobilidade social assim como o crescimento pessoal e

traz a médio prazo benefícios sociais, culturais e econômicos para a sociedade”. E observa que “qualquer aumento no custo, por menor que seja, afeta o consumo e, em consequência, os investimentos em novos títulos. A imunidade [de impostos] é uma forma de encorajar a leitura e promover os benefícios de uma educação de longo prazo.”

Durante os meses de agosto e setembro de 2020, várias editoras publicaram em seus sítios eletrônicos notas de repúdio à taxação de livros e algumas fizeram selos ou cartuns a respeito.

Houve também um abaixo-assinado com o título #DEFENDAOLIVRO que angariou mais de um milhão de assinaturas duas semanas após o lançamento. Esse abaixo-assinado foi lançado por um grupo de dez jovens estudantes, entre elas as adolescentes Julia Bortolani, Dinah Adélia e Letícia Passinho, e ficou em quinto lugar em relação ao maior número de adesões na plataforma ‘change.org’ no Brasil no ano de 2020, conforme relatório anual da empresa.

O abaixo-assinado #DEFENDAOLIVRO se encerra com 3 parágrafos incisivos:

Ao invés de estar correndo atrás de políticas para que os livros possam ser acessados pela maior parte, ou até por toda a população, **o governo está fazendo exatamente o contrário.**

Um autor recebe, em média, 10% do preço de capa do livro por direitos autorais. **Caso a reforma seja aprovada, o governo passará a receber 12%. Ou seja, mais que o autor do livro.**

DIGA NÃO À REFORMA TRIBUTÁRIA! PRECISAMOS DE MEIOS PARA FACILITAR O ACESSO À CULTURA E NÃO O CONTRÁRIO!

Expurgo de uma biblioteca e falsificação digital

Abordaremos neste capítulo dois casos de tentativa de censura a livros ocorridos no Brasil no ano de 2021, terceiro ano do governo federal de extrema direita de Jair Bolsonaro. Estes casos utilizaram diferentes estratégias: no primeiro deles, o da Fundação Palmares, houve a censura a livros pelo impedimento de circulação dos mesmos através da realização do expurgo de uma biblioteca pública; e no segundo, o caso da postagem do padre Júlio Lancellotti, houve manipulação eletrônica de uma informação em que a indicação de um livro foi eliminada e substituída por outra indicação portadora de um sentido antagônico à proposição inicial.

O expurgo da biblioteca da Fundação Palmares

Com estardalhaço midiático, no dia 1º de junho de 2021, o diretor de uma instituição cultural pública, a Fundação Palmares, anunciou por meio de suas redes sociais que iria promover o expurgo da biblioteca desta instituição. O diretor afirmava que eliminaria do acervo da instituição livros vinculados ao guerrilheiro comunista Carlos Marighela e também “livros que promovem pedofilia, sexo grupal, pornografia juvenil, sodomia e necrofilia”.

No dia 11 de junho, o sítio eletrônico da Fundação Palmares publicou um relatório denominado *Retrato do acervo – a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019* – é um livro de 74 páginas que, segundo os autores, denuncia que o acervo “abriga, protege e louva um conjunto de obras pautadas pela revolução sexual [...] e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha” (p.5) e ao

final apresenta uma lista de “300 títulos comprobatórios do desvio institucional da Fundação Palmares”.

É importante notar que esse expurgo da biblioteca foi feito com anúncio público prévio. Destaque-se ainda que o livro *Retrato do Acervo...* indica como subtítulo “Relatório público 01” e que foi publicado no sítio eletrônico da instituição. Ou seja, a instituição se apresentava como um modelo a ser seguido por outras instituições culturais: a proposta era ensinar a fazer expurgos e a “limpar” acervos de “doutrinação marxista” e de louvações das “revoluções sexuais”. A intenção de se colocar como uma instituição modelo para o expurgo da dominação marxista e da temática da liberdade sexual em bibliotecas públicas é explicitada no próprio volume que afirma: “Que este relatório e [...] os próximos [...] sirvam de inspiração para outras instituições se adéquem às necessidades da nossa querida Pátria de nossos concidadãos, e não mais às necessidades de grupos militantes” (p.6).



Imagem: recorte da capa da publicação *Retrato do acervo – a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019*, Fundação Palmares, 2021.

Vários pressupostos equivocados subsidiam essa ação de expurgo da biblioteca da Fundação Palmares, destacadamente, em primeiro lugar, uma visão mecanicista da influência da leitura no receptor, como se houvesse uma “transfusão automática” das ideias do autor para o leitor; em segundo lugar, uma visão edulcorada e apaziguadora dos conflitos na história do Brasil. Notemos que o apagamento das luta do povo negro ao longo da história do Brasil entra em conflito com o próprio nome da fundação, pois o Quilombo dos Palmares foi um lugar de luta e resistência. Segundo S. Schwartz, “Localizado no interior das Alagoas, Palmares foi de longe a mais duradoura e a maior das comunidades de fugitivos. Persistiu por quase cem anos, entre cerca de 1605 e 1691 apesar das tentativas enérgicas de eliminá-la”. Esses confrontos e lutas que buscavam destruir Palmares partiam dos “governos coloniais holandeses e portugueses e pelos residentes locais das capitanias vizinhas” (p. 81).

Há ainda um terceiro ponto de partida equivocado nesta ação de expurgo de uma biblioteca pública – uma visão direcionada e limitada do que é uma biblioteca ou um centro cultural público. Para a constituição de uma opinião pública esclarecida é preciso haver cidadãos que sejam aptos a julgar autônoma e racionalmente sobre os assuntos públicos. E só pode haver cidadãos autodeterminados com a livre circulação de informação racional e subsidiada. Aos aparelhos culturais de uma sociedade cabe o papel de serem provedores da informação, e não, ao contrário, cerceadores da informação. Expurgar uma biblioteca é o exato contrário da ação administrativa que poderia promover a existência de cidadãos esclarecidos e autodeterminados.

Observemos agora alguns dos títulos “expurgados” da biblioteca da Fundação Palmares: entre os autores estrangeiros há 33 livros de Karl Marx e vários de Lenin; há também alguns destaques do pensamento contemporâneo

como *Sexo e repressão na sociedade selvagem*, de Bronislaw Malinowski e *Bandidos* de E. J Hobsbawn. Entre os títulos de autores brasileiros, cerca de 90, encontramos, entre outros, *Evolução política do Brasil: colônia e império*, de Caio Prado Júnior, e *Quem é o povo brasileiro?*, de Nelson Werneck Sodré. Pelos exemplos listados acima, percebe-se que, além de uma visão de história que visa apagar conflitos e lutas, o expurgo da biblioteca também apresenta um viés atomizado e isolante dos fatos históricos: como se fosse possível pensar a construção do povo negro brasileiro sem inserir e vincular essa história com outros fatos antecedentes e contemporâneos.



Em uma nota pública, datada de 18 de junho, a rede de historiadoras negras e historiadores negros se manifestou em defesa do legado do negro e da manutenção da biblioteca da Fundação Cultural Palmares.

No dia 23 de junho de 2021, em resposta à ação popular movida por Paulo Henrique Lima, militante do movimento negro, o juiz federal Erik Navarro Wolkart, da 2ª Vara Federal de São Gonçalo, proibiu a exclusão de livros da biblioteca da Fundação Palmares e estabeleceu uma multa caso isso ocorresse. Em demonstração clara da finalidade de uma biblioteca pública, o juiz afirma o expurgo dos livros “de maneira açodada, sem um amplo diálogo com a sociedade, que, ao fim e ao cabo, é a destinatária do material, pode representar prejuízo irreparável”.

No dia 24 de junho, várias outras entidades ligadas ao movimento negro promoveram um ato de repúdio à censura na Fundação Palmares. O ato, ocorrido em transmissão remota, contou com a participação de dois ex-ministros da Cultura: Gilberto Gil e Juca Ferreira e com dois ex-presidentes da República: Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

O presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, “negro conservador de direita e que faz questão de sustentar as três adjetivações” (GOMES, 2021) afirmou que iria recorrer da decisão judicial. Finalmente, no dia 6 de agosto de 2021, após ter sido judicialmente impedido de se desfazer ou retirar de circulação os livros da biblioteca da Fundação Palmares, Sérgio Camargo anunciou em sua conta no Twitter que desistira do expurgo e iria fazer uma sala separada com um “acervo da vergonha” que reúna livros “vergonhosos e desviantes”.

Convém ressaltar que a ideia de “acervo da vergonha” ressoa a exposição “Arte degenerada”, realizada pelo regime nazista, em 1937, em Munique, na Alemanha, em sua campanha de difamação e perseguição à arte moderna.

No final de outubro de 2021, o Ministério Público do Trabalho, depois de uma série de investigações e de recolhimento de denúncias, solicitou o afastamento de Sérgio Camargo da presidência da Fundação Cultural Palmares por reiteradas denúncias de assédio moral a funcionários devido às suas posturas ideológicas. O MPT solicitou também uma indenização financeira por dano moral coletivo.

Falsificação de uma postagem do padre Lancellotti

Harold Lasswell no texto clássico “A estrutura e a função da comunicação na sociedade”, publicado em 1948, considerado como o texto fundador dos estudos da comunicação, indica que, no âmbito da transmissão da comunicação, há uma diferença entre centros manejadores, onde ocorrem passagens técnicas de mensagens sem adulteração significativa, e centros controladores ou manipuladores de mensagens, que modificam propositadamente o conteúdo das mensagens. Neste último item, Lasswell cita como exemplos editores de jornais, censores e propagandistas.

No século XXI, no universo das comunicações digitais em rede, em que há muita circulação de falsas informações,

há, entre elas, as falsas informações por manipulação – ou seja, a veiculação de uma informação falsa que foi construída por adulteração intencional de uma informação originalmente verdadeira. Essa manipulação intencional para deturpação do sentido de uma informação é um dos tipos das chamadas *fake news* (cf: WARDLE, 2017). Foi esse o caso que ocorreu em relação a uma postagem do padre Lancellotti em junho de 2021.

Entendendo por *fake news* “toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má-fé” (FRIAS Filho, 2018, p. 42), podemos afirmar que a postagem do padre Lancelotti foi criminosamente manipulada e transformada em uma *fake news* por adulteração.

O padre Júlio Lancellotti, nascido em 1948 na cidade de São Paulo, é uma referência no apoio e assistência a cidadãos em situação de rua na cidade.

Sacerdote desde 1985, o padre Lancellotti já participou de vários movimentos e atuações buscando atender crianças e adultos carentes. Entre os vários prêmios nacionais e estrangeiros, destaca-se sua premiação pela Ordem dos Advogados do Brasil pela atuação contra as violações dos direitos humanos das crianças e adolescentes do país.

No final do mês de maio de 2021, o padre Lancelotti indicou em suas redes sociais dois livros de entrevistas com o papa Francisco e também o livro *Teologia e os LGBT+*, de autoria do padre Luís Corrêa e publicado pela editora Vozes. Como afirma o padre Lancellotti “Não é um livro panfletário, nem leviano e foi editado pela editora Vozes, que é uma editora católica” (TOMAZELA, 2021).

A partir daí houve uma enxurrada de mensagens criticando a indicação de leitura e acusando de diversas formas as ações do padre Lancellotti. Em uma destas mensagens a imagem do padre segurando o livro *Teologia e os LGBT+* de Luís Correa Lima foi adulterada e a capa foi

substituída pelo livro *Catecismo anticomunista*, de Geraldo de Proença Sigaud, adepto do pensamento conservador cristão.



Imagem: Instagram de Júlio Renato Lancellotti, 01/06/2021.

No caso da postagem da imagem adulterada do padre Lancellotti, o que esses militantes realizaram foi uma adulteração criminosa que se compõem de duas atuações: o bloqueio da informação sobre a indicação do padre Lancelotti em relação ao livro *Teologia e os LGBT+* de Luís Correa Lima, e a divulgação falsa do apoio e indicação do padre Lancellotti ao livro *Catecismo anticomunista*, de Geraldo de Proença Sigaud.

A difusão de imagens ou informações forjadas por má-fé é crime e pode ser punido.



Nos dois casos acima relatados temos uma clara atuação censória no sentido de dificultar ou impedir a circulação de livros e portanto de cercear, de retirar do espaço público, as ideias aí representadas. Nos dois casos, na retirada de 300 títulos do acervo bibliográfico da

Fundação Palmares, assim como no caso da adulteração da indicação de temática da diversidade sexual feita por Júlio Lancellotti, o que se vê é uma atitude autoritária de tentativa de cercear, temáticas, opiniões e ideias, pela tática fascista de eliminação direta e assim impedir sua circulação. Não se vê aí nenhuma abertura para o diálogo, para a construção de um debate fundamentado e muito menos de um consenso.

Observemos ainda que essas atitudes autoritárias aqui examinadas se dirigem contra uma organização e uma pessoa que representam temáticas relevantes e inescapáveis na atual ordem social brasileira: as temáticas da desigualdade social e da luta por direitos e políticas reparatórias, e as temáticas da diversidade sexual e a luta por respeito e direitos. Tentar colocar em descrédito as lutas por direitos básicos e pelo respeito legal à diversidade sexual e às instituições e órgãos que se dedicam a essas temáticas, é uma estratégia recorrente dos regimes autoritários.

Como explica Jason Stanley, os políticos fascistas “reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade [...] promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias”, e então, “depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado” (STANLEY, 2019, p. 16).

Em ambos os casos acima enfocados – um de cerceamento físico e outro de adulteração digital – a intenção autoritária é explícita: o objetivo das ações é eliminar os livros e as ideias neles defendidas do espaço público, para que as ideias que os autoritários antidemocráticos propagam sejam as únicas difundidas.

Referências bibliográficas

FRIAS Filho, Otavio. "O que é falso sobre as fake news". *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 39-44. Janeiro/fevereiro/março 2018.

GOMES, Wilson. "Censura na Palmares mostra o que ocorre ao se dar poder aos burros". *Folha de S. Paulo*, 11/06/2021.

LASSWELL, Harold. "A estrutura e a função da comunicação na sociedade". Tradução: G. Cohn. IN COHN, Gabriel (org.), *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Edusp, 1971, p. 105-117.

SCHWARTZ, Stuart. "Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial". Tradução: Laura Teixeira Motta. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, número especial, p. 61-88, 1987.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2019

TOMAZELA, José Maria. "Padre Júlio Lancellotti resiste a milícias digitais e mantém ajuda aos mais pobres". *O Estado de S. Paulo*, 4 de junho de 2021.

WARDLE, Claire. "Fake News. It's complicated". *First Draft*, vol. 16, p. 1-11. 2017.

FUNDAÇÃO PALMARES. *Retrato do Acervo – a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019*, Fundação Palmares, 2021.

Mais cerceamentos à informação e aos livros

Este capítulo aborda casos de cerceamento à circulação da informação e de promoção da desinformação em programas governamentais federais no âmbito da educação e cultura. Enfocamos especialmente dois casos: a censura a questões do Enem, Exame Nacional do Ensino Médio, e a interrupção da publicação de livros da coleção Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Os dois casos aqui abordados fizeram parte de um quadro mais amplo de ações que visavam um desmonte de políticas culturais e educacionais implementadas no início deste século em nível federal, bem como a tentativa de fincar bases para construir uma releitura deturpada da história recente do país.

Para que exista em uma sociedade a possibilidade de construção de uma opinião pública esclarecida é necessário que haja debates de ideias. Ora, impedir a circulação de informação e promover a desinformação com teorias conspiratórias e negacionistas foi exatamente a estratégia pela qual o governo Bolsonaro procurou gerar o caos e a instabilidade e assim dominar o espaço público.

Acerca do desmantelamento do Enem

O Enem, Exame Nacional do Ensino Médio, é uma prova voltada para estudantes do último ano do Ensino Médio. Os resultados destes exames podem ser utilizados para ingresso em todo o sistema de ensino universitário público – federal, estadual e municipal e também para algumas universidades privadas. As notas do Enem também são aceitas como prova de ingresso em algumas universidades estrangeiras, destacadamente universidades portuguesas.

Entre 2009 e 2019 foram avaliados 69 milhões de estudantes. O Enem foi instituído em 1998 como forma de avaliar o Ensino Médio brasileiro e fornecer dados para políticas públicas educacionais. Os resultados desta avaliação passaram a ser utilizados, de maneira ampla, como forma de ingresso no ensino universitário a partir de 2009. A realização do exame do Enem está a cargo do Inep, Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira, que é vinculado ao Ministério da Educação do Brasil, MEC. A elaboração das provas do Enem se dá a partir de um enorme banco de questões formuladas por equipes de especialistas, revisadas diversas vezes e testadas através de metodologias pedagógicas subsidiadas academicamente.

O governo Bolsonaro, em várias de suas instâncias, investiu regular e metodicamente para encampar e direcionar o Enem. Segundo o governo federal, haveria no exame “questões ideológicas” – ou seja, questões que, segundo eles, estariam lá para “promover a sexualização da infância”, a “ruptura de valores familiares tradicionais” ou seriam valores “de esquerda”.

Antes mesmo de assumir a presidência, mas já como presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, em novembro de 2018, manifestou-se contra uma questão do Enem que se referia a um dialeto, um linguajar específico, usado entre gays e travestis.

Devido aos ataques constantes do presidente e membros de sua equipe ao exame do Enem, o jornal *Folha de S. Paulo* montou uma equipe para analisar as 1 928 questões utilizadas nas 10 edições do Enem de 2009 a 2019. O objetivo era saber se essas questões eram objetivamente capazes de testar conhecimento – ou seja, de discriminar os estudantes que dominam aquele conhecimento avaliado. Essa análise foi feita por diversas abordagens pedagógicas e especialmente pelo modelo TRI (Teoria da Resposta ao Item) e a equipe verificou que apenas 2% das questões que compõem o Enem (no caso,

41 questões) seriam ineficientes para avaliação de conhecimento (cf: *Folha de S. Paulo*, 26/11/2021).

Os ataques constantes de membros do governo Bolsonaro tomaram também forma em exonerações e nomeações no Inep e no Enem – retirando quadros técnicos e nomeando funcionários alinhados com a ideologia bolsonarista.

Em abril de 2021, Tarso Genro, Fernando Haddad, Cid Gomes, José Henrique Paim, Aloizio Mercadante, Mendonça Filho, Rossieli Soares, ex-ministros da educação dos governos Lula, Dilma e Temer, publicaram uma carta manifesto alertando sobre os riscos de desmanche do Inep e concluíram afirmando que sem um Inep atuante e capaz “não haverá gestão responsável da educação no Brasil” (cf: *G1*, 28/04/2021).

Em junho de 2021, em uma entrevista à rede televisiva CNN, o ministro da educação Milton Ribeiro, afirmou que iria pessoalmente “revisar a prova para barrar questões ideológicas”. Uma semana depois o ministro teve que recuar e afirmou na Câmara dos Deputados que “de maneira alguma terei acesso às questões do Enem” e que isso seria censura prévia (MAZZA, agosto 2021).

Uma matéria publicada na revista *Piauí* em novembro de 2021 com o título “Mafalda é reprovada no Enem”, de autoria de Luigi Mazza, constatou que houve sim censura prévia a questões do Enem na prova aplicada em 2019. O então presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues e mais dois assessores fizeram em março de 2019 uma leitura da prova e solicitaram a exclusão de 66 questões. Após esse veto, alguns servidores do Inep reexaminaram as questões e solicitaram que 38 questões fossem reabilitadas.

Pelo documento de solicitação de retorno das questões censuradas, a que a revista *Piauí* teve acesso, é possível constatar quais foram os temas vetados. Entre outros casos, seis questões receberam indicação de veto

por parte dos censores por abordarem o período da ditadura militar brasileira (1964 a 1985); duas por falarem sobre gravidez e prevenção à gravidez; e 19 questões que abordavam conflitos sociais receberam a indicação de veto com a justificativa de “leitura direcionada da história” (cf: MAZZA, novembro 2021).

A expressão “gera polêmica desnecessária” foi usada 28 vezes nas anotações dos censores que fizeram censura prévia às questões do Enem 2019. Não se sabe ao certo o total de questões que foram banidas do exame de 2019 por ação desses censores. Porém por mediação desses funcionários que reexaminaram os banimentos, algumas dessas questões foram noticiadas.

Uma das questões banidas por ação dos censores que examinaram previamente a prova do Enem 2019 abordava a obra *O livro das Ignorâncias* do poeta cuiabano Manoel de Barros (1916-2014). Partindo da frase bíblica, “No princípio era o Verbo, e o verbo estava com Deus” (João 1:1), Manoel de Barros afirma, “No descomeço era o verbo”. A questão elaborada a partir desta afirmação literária foi eliminada com a indicação “fere o sentimento religioso e a liberdade de crença”.

O fato de os censores utilizarem 28 vezes a expressão “gera polêmica desnecessária” deixa evidente as posturas obscurantistas e anti-iluministas desses censores.

A interrupção da coleção de livros Memórias Reveladas

O Brasil viveu, no século XX, duas ditaduras: a primeira, de 1937 a 1945, teve Getúlio Vargas como ditador; a segunda durou 21 anos, de 1964 a 1985, e é tratada como ditadura militar ou ditadura civil-militar pela historiografia.

Apesar das dificuldades, a pesquisa acerca da história contemporânea do Brasil floresceu nos últimos 50 anos, oferecendo à sociedade levantamentos e análises que trazem à tona questões fundamentais do país.



Imagem: capa da obra *O livro das Ignorâncias*, de Manoel de Barros. Rio de Janeiro: Editora Alfaguara, 2016. Ilustração da capa: Martha Barros. Capa: Regina Ferraz.

A Comissão Nacional da Verdade – CNV – faz parte desta disputa pela memória, em que parte da sociedade pretende manter sigilosos certos temas e outros segmentos lutam para que sejam revelados. Instalada a partir de diversos movimentos que exigem tornar pública a participação do Estado em perseguições a opositores, a CNV colocou as Forças Armadas brasileiras em situação de extremo desconforto, já que são os principais envolvidos nos crimes contra opositores durante a ditadura de 1964. A criação da Comissão Nacional da Verdade se deu por meio da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, e seu objetivo maior era apurar violações aos direitos humanos no período entre 1946 e 1988. A partir da Comissão Nacional, foram criadas Comissões estaduais, municipais e setoriais, incluindo as comissões universitárias.

O Arquivo Nacional do Rio de Janeiro é parceiro da Comissão Nacional da Verdade no levantamento de informações.

No mesmo sentido das ações da CNV e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro surgiu o Projeto Memórias Reveladas que, a partir de 2009, instituiu um concurso bienal para publicação em livro de trabalhos acadêmicos com base em fontes documentais referentes ao período do regime militar no Brasil (1964-1985). Esse prêmio foi instituído pela Portaria nº 95, de 19 de novembro de 2009, e alterado pela Portaria 072/2012, ambas da Direção-Geral do Arquivo Nacional. Entre 2010 e 2018 foram realizadas quatro edições do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas.

Em cada edição foram premiadas três monografias, transformadas em livros. Na primeira edição o prêmio recebeu 24 inscrições; na segunda, 27; na terceira cerca de 30 monografias, em geral dissertações ou teses apresentadas a programas de pós-graduação em história, de universidades públicas de diversas regiões do país.

PRÊMIO DE PESQUISA MEMÓRIAS REVELADAS

2010

CONCURSO DE MONOGRAFIAS COM FONTES DOCUMENTAIS REFERENTES AO
PERÍODO DO REGIME MILITAR NO BRASIL (1964-1985)



ENTREGA DOS TRABALHOS ATÉ 30 DE JULHO DE 2010

PRAÇA DA REPÚBLICA, 173
CENTRO • RIO DE JANEIRO
20211-350

COORDENAÇÃO DO CENTRO DE
REFERÊNCIA MEMÓRIAS RELEVADAS
(21) 2179-1360

memoriasreveladas@arquivonacional.gov.br

www.memoriasreveladas.gov.br



Imagem: Cartaz de divulgação do concurso Memórias Reveladas 2010.
Fonte: Arquivo Nacional / Memórias Reveladas – <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>

Livros publicados:

- **1ª Edição: 2010 – premiados:**
 - *“O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)”*, de Alessandra Gasparotto;
 - *“Todo o leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar brasileira da rebelião de 1964 à anistia”*, de Anderson da Silva Almeida;
 - *“No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo 1969-1975”*, de Mariana Joffily.
- **2ª edição: 2012 – premiados:**
 - *“Dossiê Itamaracá”*, de Joana dos Santos Rolemberg Côrtes;
 - *“Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)”*, de Pâmela de Almeida Resende;
 - *“Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha”*, de Patricia Sposito Mechi.
- **3ª edição: 2014 – premiados: (publicados em 2018):**
 - *“Ditadura e corrupção: a Comissão Geral de Investigações e o confisco de bens de acusados de enriquecimento ilícito no Brasil, 1968-1978”*, de Diego Knack;
 - *“Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil”*, de Caroline Jaques Cubas;
 - *“Repressão a militares na ditadura pós-1964”*, de Claudio Beserra de Vasconcelos.

- **4ª edição: 2017**

Houve atraso no processo de inscrição das monografias e também na publicação dos livros vencedores da 4ª edição do prêmio. Nesta edição os vencedores foram:

- *"A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro na luta contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)"*, de Higor Codarin Nascimento;
- *"Dançando na mira da ditadura: baile Soul e violência contra a população negra nos anos 1970"* de Lucas Pedretti Lima;
- *"Estado, empresários e favelados: a política de remoções sistemáticas de favelas no Rio de Janeiro (1957-1973)"*, de Marco Marques Pestana de Aguiar Gudes;
- *"A invenção do inimigo: história e memória dos dossiês contra dossiês na ditadura militar brasileira (1964-2001)"*, de Pedro Ivo Teixeirense.

Essa foi a última edição do Projeto Memórias Reveladas até o fim do ano de 2022.

Os vencedores da quarta edição do Prêmio Memórias Reveladas sofreram as consequências da política de cerceamento do debate e da circulação de informações promovida pelo governo Bolsonaro. A publicação das obras – que era a premiação recebida pelos autores – foi postergada o máximo possível, demonstrando uma ação proposital do governo federal, por meio do Arquivo Nacional, para impedir que os temas tratados nas obras ganhassem destaque por meio da publicação. Os autores premiados se viram na contingência de ter que lançar, em outubro de 2021, uma carta aberta ao Arquivo Nacional alertavam para a censura das obras. Os livros somente foram editados em meados de 2022.

Deve-se ressaltar que este não é um caso isolado de tentativa de dificultar ou impedir o acesso a informações

sobre o período da ditadura militar. A situação do Arquivo Nacional e de outras instituições no final do ano de 2022 era crítica. O governo Bolsonaro desmontou a Comissão da Anistia, ligada ao Ministério da Justiça, e, praticamente, inviabilizou o trabalho da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos. Estas grandes iniciativas para a preservação da memória nacional foram transferidas para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado por Damares Alves, uma defensora das posturas da extrema direita e promotora do revisionismo deturpador em relação ao período ditatorial da segunda metade do século XX.



O desmonte de projetos e ações governamentais no âmbito do ensino e da cultura se deu, nos anos 2019-2022, através da perseguição sistemática e de acusações infundadas que buscavam cercear a circulação de ideias, eliminando assim qualquer possibilidade de um debate público esclarecido. Enfraquecer o debate público e promover a deseducação e a desinformação foi a estratégia do poder federal autoritário para reduzir resistências à sua dominação.

Os dois casos que abordamos neste capítulo – a censura a questões do Enem e o impedimento da publicação de obras da coleção Memórias Reveladas – são casos que se deram no âmbito de instituições e projetos governamentais federais, mas é preciso notar que o bloqueio sistemático às ideias e opiniões divergentes por parte de órgãos e pessoas em esferas de poder, incentivou uma cultura de vigilância que se expandiu largamente pela sociedade e propiciava que um grande número de pessoas se atribuísse o poder da proibição, se atribuísse a função de determinar o que outros poderiam ler, dizer, ouvir, ou pensar.

Relatemos um caso nesse sentido ocorrido em março de 2022 quando o escritor Jeferson Tenório foi ameaçado de morte caso comparecesse para dar uma palestra em uma escola na cidade de Salvador – as mensagens fazem supor tratar-se de um aluno. Jefferson Tenório venceu o prêmio Jabuti de 2021 na categoria romance literário com o livro *O avesso da pele*, que aborda o preconceito racial contra negros. O livro foi publicado pela editora Companhia das Letras.

Em função das ameaças sofridas, a editora, o autor e a escola decidiram fazer a palestra de forma remota, pela internet, e tornar pública a ameaça sofrida. Disse o autor que essa decisão foi para “mostrar para a sociedade que também estamos de olho no que essas pessoas racistas, fascistas estão fazendo. [...] Eu queria estar falando de literatura, mas estou falando de ameaça de morte [...]” (cf: CANOFRE, 2022)

A cultura autoritária da vigilância e da perseguição ao diferente verificada nas esferas do poder incentivou um imenso número de ações realizadas por cidadãos comuns que passaram a achar que poderiam assim agir pois estariam em consonância com as posturas do governo de extrema direita. São milhares de relatos de perseguições, difamações, ameaças e ofensas por meio de mídias sociais e também presencialmente durante os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro.

Referências bibliográficas

CANOFRE, Fernanda. “Jeferson Tenório, vencedor do Jabuti, é ameaçado por palestra em escola na Bahia”. *Folha de S. Paulo*, 29/03/2022.

FOLHA de S. PAULO, 26/11/2021. “Questões ineficientes compõem 2% do Enem e não contam para nota”.

G1, 28/04/ 2021. “Manifesto assinado por 7 ex-ministros da Educação diz que Inep organizador do Enem está em perigo”. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/28/manifesto-assinado-por-7-ex-ministros-da-educacao-diz-que-inep-organizador-do-enem-esta-em-perigo.ghtml>.

MAZZA, Luigi. “O apagão. A obra do pastor que comanda o MEC”. Revista *Piauí*, agosto 2021.

MAZZA, Luigi. “Mafalda é reprovada no Enem”. Revista *Piauí*, novembro 2021.

Anotações finais

Ao longo da história, os casos de cerceamento à impressão e circulação de livros são incontáveis. Nas palavras de Roger Chartier: “A cultura escrita é inseparável dos atos violentos que a reprimem”, e explicita: “dos autos de fé da Inquisição às obras queimadas pelos nazistas, a pulsão de destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo livros e, com frequência, seus autores, pensavam erradicar para sempre suas ideias” (CHARTIER, 1998, p.23).

No livro *História Universal da Destruição dos Livros – das tábuas sumérias à guerra do Iraque*, Fernando Báez levanta a hipótese de ter havido queima intencional de tabletas de argila – os primeiros livros na história da humanidade – entre os anos de 4 000 e 3 300 a. C. na Suméria. O que indicaria, pois, que o início da existência dos livros seria também o momento de suas primeiras destruições.

Abordando a civilização grega clássica, Báez após indicar que a partir do século V a. C., na Grécia a cultura escrita se impôs sobre a cultura oral, destaca um episódio de censura e queima de livro: o filósofo sofista Protágoras de Abdera (490 a. C. – 420 a. C.) após a leitura pública de sua obra *Sobre os deuses*, teve exemplares - folhas de papiro em rolo – confiscados e queimados em praça pública por exprimirem dúvidas a respeito da existência dos deuses (2006, p. 54).

No ano de 1275, ou seja, 175 anos antes da invenção da imprensa por tipo móvel em 1450-1455, a França colocou os livreiros sob supervisão da Universidade de Paris a fim de impedir a propagação de maus livros e a circulação de cópias falsas (BADINTER, 1987, p.214).

No ano de 1544, um século após a invenção da imprensa por tipo móvel por Gutenberg e em plena expansão desta técnica de reprodução, a Faculdade de Teologia da Universidade de Paris publicou o primeiro índice de livros proibidos – entre 1544 e 1556 foram publicados seis índices com cerca de 500 condenações (BADINTER, 1987, p. 214).

Roger Chartier salienta que a eficácia dos atos censórios contra livros é sempre, de alguma forma, limitada. Os opressores destroem livros buscando eliminar as ideias que eles carregam; os opressores enganam-se ao acreditar que prejudicar a materialidade física de um livro é prejudicar as ideias que aí são veiculadas. Engano simplório, pois a escrita e as ideias, ao longo da história, se sobrepõem e sobrevivem (cf.: CHARTIER, 1998, p.23).

Em que pese a possibilidade de localizarmos tentativas de coerção censória a livros praticamente durante toda a história da cultura impressa, não podemos deixar de enfatizar que cada época, cada país e cada sistema político apresenta uma singularidade e é nessa singularidade histórica, determinada e específica, que as experiências concretas de censura devem ser compreendidas e analisadas (cf.: DARNTON, 2016, p. 291-292).



Entre os anos de 2019 e 2022, mobilizando órgãos de justiça e polícia, o governo federal utilizou princípios caros às ditaduras: censurar, proibir e punir a circulação da cultura que não corresponde aos valores dos governantes. Esta postura atingiu o campo da política, no qual se disputam valores e a oposição ditadura/democracia é trazida à tona com relevância, mas atingiu também frontalmente o campo da cultura, que se viu em disputa com o Executivo federal, o qual no período anterior havia

incentivado a autonomia e o desenvolvimento de práticas críticas, ampliando a participação da sociedade nos espaços públicos.

Importante destacar que estas posturas em relação a temas ligados à cultura e aos costumes estão estreitamente relacionadas ao que tem sido chamado de negacionismo científico dos setores de extrema direita próximos ao bolsonarismo. Como assinala Luiz Marques: “Jair Bolsonaro e seu governo estão adotando uma forte agenda anticientífica no Brasil, reduzindo o financiamento de pesquisas, ameaçando a educação pública e reduzindo a regulamentação ambiental a um nível sem precedentes na história brasileira” (MARQUES, 2019). Desse modo, ao obscurantismo cultural se junta o anticientificismo negacionista.

Destaque: Atos de resistência

Além dos vários atos de resistência arrolados nos capítulos anteriores, quatro outras vigorosas manifestações de enfrentamento frontal ao caos autoritário do governo bolsonarista precisam ser destacadas. Estes atos partiram de organizações de diferentes perfis e, com suas especificidades, foram relevantes devido às suas repercussões no espaço público. Destaquemos:

1. Carta aberta com assinatura de muitos artistas e intelectuais publicada no jornal inglês *The Guardian*, no dia 7 de fevereiro de 2020, com o título: “Democracia e Liberdade de Expressão sob ameaça no Brasil” – “Democracy and freedom of expression are under threat in Brazil”;
2. Manifesto “Juntos pela Democracia – Somos Muitos”, com mais de 150.000 assinaturas;
3. Manifesto “Basta” - assinado por mais de 600 juristas e advogados brasileiros denunciando os ataques do governo aos Poderes da República e

4. “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado democrático de direito”, capitaneada pela Faculdade de Direito da USP e que foi lida em um evento público no dia de 11 de agosto de 2022.

A carta aberta “Democracia e Liberdade de Expressão sob ameaça no Brasil”, publicada no jornal inglês *The Guardian* em 7 de fevereiro de 2020, trazia a assinatura, entre outros, de Chico Buarque, Caetano Veloso, Arnaldo Antunes, Milton Hatoum, Boris Fausto, Sebastião Salgado e também de artistas e intelectuais estrangeiros como Noam Chomsky. O objetivo era trazer a público as perseguições e os atos censórios cometidos pelo governo, relatando diversos episódios e afirmando que os signatários temem que esses ataques às instituições democráticas possam se tornar irreversíveis em breve. Ao final, a carta solicita que a comunidade internacional: 1) Expresse publicamente sua solidariedade; 2) Condene a pressão política do governo Bolsonaro em relação a organizações artísticas e culturais e 3) Pressione o Brasil a respeitar integralmente a Declaração dos Direitos Humanos. O artigo conclui que é necessário rejeitar este nascimento do autoritarismo.

Lançado na internet, o manifesto “Juntos pela Democracia”, articulado por Carolina Kotscho e Antonio Prata, conseguiu rapidamente mais de 150.000 assinaturas de adesão e foi importante para a conscientização e a difusão da informação sobre a necessidade da resistência democrática em um espaço público plural. O manifesto foi publicado em diversos jornais no dia 30 de maio de 2020

O manifesto “Basta” lançado em 31 de maio de 2020 visava, mais especificamente, apoiar o Poder Judiciário e o Supremo Tribunal Federal, STF, devido aos constantes ataques por parte do presidente Jair Bolsonaro, e terminava de maneira bem contundente falando das possíveis consequências jurídicas: “Cobraremos a

responsabilidade de todos os que pactuam com essa situação, na forma da lei e do direito, sejam meios de comunicação, financiadores, provedores de redes sociais. Ideias contrárias ao Estado e ao Direito não podem mais ser aceitas. Sejam intolerantes com os intolerantes!”. É importante assinalar que três ex-ministros da Justiça assinam o manifesto: José Carlos Dias, José Gregório e José Eduardo Cardozo.

A “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado democrático de direito”, capitaneada pela Faculdade de Direito da USP, recebeu mais de um milhão de assinaturas, foi publicada em diversos jornais e foi lida em um evento público com a participação de milhares de pessoas, na Faculdade, no dia de 11 de agosto de 2022.

A carta de agosto de 2022 teve por inspiração a Carta aos brasileiros – redigida e lida pela jurista Godofredo da Silva Telles Júnior na Faculdade de Direito da USP em agosto de 1977. A Carta de 1977 era favorável ao poder constituinte e a um Estado de direito. Esta Carta de 1977 soma-se a muitas outras ações que exigiam o final da ditadura militar brasileira. A Carta de 2022 defendia o Estado democrático e também o sistema democrático eleitoral brasileiro – que estava sendo atacado por uma campanha bolsonarista que visava desacreditar as urnas eletrônicas.

No dia 11 de agosto de 2022 vários outros eventos semelhantes ao acontecido em São Paulo ocorreram em outras cidades brasileiras.

Dezessete dos juristas que assinaram a Carta de 2022 também tinham assinado a Carta de 1977. São eles: Carlos Ayres Britto, Carlos Velloso, Celso de Mello, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Eros Grau, Francisco Rezek, Joaquim Barbosa, Marco Aurélio Mello, Nelson Jobim, Sepúlveda Pertence e Sydney Sanches.



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 • Nº 34.099

SEXTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2022

R\$ 5,00

Atos pluralistas rechaçam golpismo e pedem respeito a Estado de Direito

Manifestação em São Paulo ecoa pelo Brasil e cristaliza peso histórico de cartas por democracia assinadas por 1 milhão

Entre depoimentos emocionados e declarações contra o governo de Jair Bolsonaro, milhares de pessoas se reuniram na manhã fria de ontem na Faculdade de Direito da USP e seu entorno para acompanhar a leitura de dois manifestos pluralistas pela defesa da democracia.

O ato em São Paulo se reproduziu em outras cidades. Ao pôlipo subiram juristas, empresários, sindicalistas, estudantes, artistas, artistas acadêmicos em reflexo da mensagem de união das cartas. Os textos não citam o presidente, e alguns tradutores preencheram a lacuna.

O movimento se inspira na histórica "Carta aos Brasileiros", lida no mesmo local em 1977, sob a ditadura, e marca uma reação ampla — e, nesse aspecto, rara — da sociedade civil à escalada de ameaças às instituições por Bolsonaro a menos de dois meses da eleição. **Publica A8**

EDITORIAIS A.2

As cartas e a Carta

Das manifestações salienta-se o amálgama entre empregados e patrões, progressistas e conservadores, liberais e estatistas, desconhecidos e famosos, população e elites.

Os atos demonstram que a democracia no país não se restringe a alguns emblemas aficados num pedaço de papel. Tornou-se a pele cívica dos brasileiros.

Respeito às autoridades que conduzem as eleições e obediência às urnas fazem parte do acordo da Carta, o que as cartas de 11/8 faram muito bem em reavivar.



Público acompanha leitura dos manifestos pela democracia no Pátio das Arcadas e na parte externa da Faculdade de Direito da USP. **Edição: Thiago Pellegrini**

Organizadores tentam manter mobilização

Após mais de 12 meses burocratizando os manifestos pró-democracia lidos ontem, os organizadores dos textos debatem os próximos passos e têm dúvidas sobre como manter a mobilização popular em defesa do respeito ao resultado da eleição. **Publica A8**

Governo alardeia ações na economia em dia de protesto

No mesmo dia de atos pela democracia e críticos a Jair Bolsonaro, o governo lançou ofensiva nas redes sociais para destacar ações econômicas, como nova redução do diesel. Em reunião com economistas, Paulo Guedes também reforçou ações. **More A11**

Bancos deveriam ficar neutros, diz presidente do BB

O presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, defendeu a instituição, que não apoiou a adesão da Federação dos Bancos à carta pela democracia — BB e Caixa foram voto vencido. "A Febraban não deve se manifestar em questões políticas", disse. **Notícia A17**

Thiago Amparo Atos historicizam democracia plural

O Brasil de 2022 é melhor do que o de 1977, dizendo não temos dívidas. Exibe — ao invés de escamotear — suas contradições e suas diversas cores. Na USP Direito nesta quinta-feira (11), todas as contradições do país se fizeram presentes. **Publica A8**

Mathias Alencastro Carta não acabou de ser escrita

Abusa pelo consenso do texto monocórdico, mas o libertou de egos e deu voz a seus signatários: desempregados, enfermeiros, motoristas e policiais. A simplicidade narrativa casa com a missão: comunicar rápido aos ataques à democracia. **Publica A8**

“As sociedades mais prósperas são todas democracias”
Arminio Fraga
ex-presidente do BC

Ser jovem é não ter medo de denunciar um governo que quer implodir as pontes até a democracia real
Manuela de Moraes
presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto

Apenas uma instituição tem competência para fazer controle da legalidade das nossas eleições: o TSE
Celso Campilongo
diretor da Faculdade de Direito da USP

Em defesa da democracia, por direito, eleições com urnas sim, e aceitar o resultado sempre
Telma Victor
presidente em exercício da CUT

Hoje é um momento grandioso, talvez inédito, em que capital e trabalho se juntam em defesa da democracia
José Carlos Dias
ex-ministro da Justiça

Imagem: jornal Folha de S. Paulo, dia 12 de agosto de 2022, página 1. Manchete: “Atos pluralistas rechaçam o golpismo e pedem respeito ao Estado de Direito”. Subtítulo: “Manifestação em São Paulo ecoa pelo Brasil e cristaliza peso histórico de cartas por democracia assinadas por 1 milhão”. Fonte: sítio eletrônico do jornal *Folha de S. Paulo*.

A Constituição Federal garante tanto o acesso à cultura quanto a liberdade de expressão e manifestação. O artigo 215 afirma: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. E o artigo 220 acrescenta: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”.

Os diversos casos de censura a livros que citamos neste estudo demonstram que proliferaram no Brasil atitudes intolerantes e autoritárias que se somavam e tentavam construir uma cultura de vigilância e censura. Essas atitudes regressivas e repressoras se fizeram presentes em vários segmentos sociais: de pais de alunos de escolas particulares a prefeitos, de gestores de empresas privadas a secretários de cultura.

A democracia estava ameaçada no Brasil – os retrógrados autoritários estavam repetidamente desrespeitando os preceitos constitucionais. Por outro lado, as vozes da resistência também se fizeram presentes de forma contundente e eficaz.



No dia 31 de outubro de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República – a eleição ocorreu em segundo turno, e a vitória se deu com 50,90% dos votos válidos, enquanto seu opositor obteve 49,10% dos votos válidos. Cifras que evidenciam um país repartido.

No primeiro discurso que fez após a vitória eleitoral, Lula salientou que essa foi “uma das mais importantes eleições da nossa história” pois foi uma “eleição que colocou frente a frente dois projetos de país” e cujo resultado mostrou a “vitória de um imenso movimento democrático que se formou, acima dos partidos políticos,

dos interesses pessoais e das ideologias, para que a democracia saísse vencedora” (cf.: G1, 31/10/2022).

Entre as características de uma sociedade democrática que o povo atestou querer ao eleger o projeto democrático, Lula indicou a busca de inclusão social e oportunidades para todos e todas, a participação do povo nas decisões do governo, o acesso à saúde e educação, a liberdade religiosa e “livros em vez de armas”.

A reconstrução do Brasil a partir de 2023 com as características apregoadas por Luiz Inácio Lula da Silva em seus discursos iniciais demandará esforços contínuos e atenção vigilante por parte de todos os cidadãos brasileiros afeitos a estes valores e ideais.

Referências bibliográficas

BADINTER, Robert. "Sur la censure". In: *a Censures de la Bible aux larmes d'Eros*. Paris: Editions du Centre Pompidou / BPI, 1987.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros. Das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução: Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998.

DARNTON, Robert. *Censores em ação – como os Estados influenciam a literatura*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARQUES, Luiz. "A ciência versus Bolsonaro". *Jornal da Unicamp*, Campinas, 23 abril 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/ciencia-versus-bolsonaro>.

G1, 31 de outubro de 2022. "Leia e veja a íntegra dos discursos de Lula após vitória nas eleições" Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/leia-e-veja-a-integra-dos-discursos-de-lula-apos-vitoria-nas-eleicoes.ghtml>.

Anexos

1. Data: 09 de setembro de 2019 - Manifesto Bienal do Livro do Rio2019

Ao final da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2019, um grupo de escritores divulgou um manifesto de apoio à Bienal e de repúdio às tentativas de censura por parte do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivela.

2. Data: 07 de fevereiro de 2020 - Comunicado da Academia Brasileira de Letras

A ABL, em resposta à tentativa de censura livros nas bibliotecas de Roraima, em fevereiro de 2020, publicou um comunicado de repúdio.

3. Data: 07 de fevereiro de 2020 – Carta aberta “Democracia e Liberdade de Expressão sob ameaça no Brasil” – “Democracy and freedom of expression are under threat in Brazil”

Carta aberta assinada por mais de 2 000 artistas e intelectuais publicada no jornal inglês *The Guardian*.

4. Data: 10 de maio de 2020 – Manifesto de repúdio à Secretária Nacional de Cultura, Regina Duarte.

Quinhentos e doze artistas e intelectuais brasileiros assinaram um manifesto de repúdio a entrevista da Secretária Nacional de cultura Regina Duarte que em uma entrevista na CNN rede de televisão, em 7 de maio, menosprezou a um só tempo os mortos pela pandemia COVID19 e pela ditadura militar brasileira.

5. Data: 30 de maio de 2020 - Manifesto “Juntos pela Democracia – Somos Muitos – Estamos Juntos”.

Manifesto publicado como informe em vários jornais. Havia uma chamada aberta para adesões de apoio e o manifesto chegou a mais de 150.000 assinaturas.

6. Data: 31 de maio de 2020 - Manifesto “Basta”

Manifesto assinado por mais de 600 juristas e advogados brasileiros denunciando os ataques do governo aos Poderes da República.

7. Data: 01 de junho de 2020 Manifesto “Pelo respeito ao Estado Democrático de Direito!”

Manifesto dos professores de Direito Processual da Universidade de São Paulo, USP.

8. Data: 05 de agosto de 2020 - Manifesto das entidades do livro “Em defesa do livro”

Manifesto assinado por: ABRELIVROS – Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional; CBL – Câmara Brasileira do Livro; SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros; ABDR – Associação Brasileira de Direitos Reprográficos; ABDL – Associação Brasileira de Difusão do Livro; ABEU – Associação Brasileira das Editoras Universitárias; ANL – Associação Nacional de Livrarias; LIBRE – Liga Brasileira de Editoras.

9. Data: a partir de agosto de 2020

Selos e cartuns contra a taxação de livros em sítios eletrônicos de editoras.

Editoras: Boitempo, Cortez, L&PM e Todavia.

10. Data: 18 de maio 2022

ABEU divulga carta em defesa do livro universitário.

11. Data: 19 de julho de 2022 - Carta aberta em defesa do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas

(idealizada por Juliana Borges (escritora), Bel Santos Mayer (educadora), e José Castilho Marques (consultor e, ex-secretário do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)).

12. Data: 11 de agosto de 2022- Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado democrático de direito.

Redigida, entre outros, por: Carlos Ayres Britto, Carlos Velloso, Celso de Mello, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Eros Grau, Francisco Rezek, Joaquim Barbosa, Marco Aurélio Mello, Nelson Jobim, Sepúlveda Pertence e Sydney Sanches. Assinada por mais de um milhão de pessoas.

1. Data: 09 de setembro de 2019

Manifesto Bienal do Livro do Rio 2019

A **Bienal Internacional do Livro Rio** é a oportunidade que temos, a cada dois anos, para nos reunir, encontrar nossos públicos, nos inspirar e debater livremente sobre todo e qualquer tema, sem restrições e com empatia. Um evento de conteúdo qualificado e diverso, reconhecido nacional e internacionalmente como o maior festival cultural do Brasil.

Nos últimos dias, a Bienal se tornou um **abrigo democrático**, ao lado de 600 mil pessoas que prestigiaram o evento, contra as **insistentes tentativas de censura**. Se engana quem pensa que o alvo era a Bienal Internacional do Livro. O alvo somos todos nós cidadãos brasileiros, pois não precisamos ter quem determine o que podemos ler, pensar, escrever, falar ou como devemos nos relacionar. O brasileiro não precisa de tutor. Precisa de educação para que cada um possa fazer suas escolhas com consciência e liberdade.

Foi com alívio e muito orgulho que recebemos as **duas decisões de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)** neste domingo (8/9) impedindo que a Bienal Internacional do Livro continuasse sofrendo **assédio à literatura e aos seus leitores**. Do contrário, se criaria uma jurisprudência que colocaria todos os eventos culturais, autores, editoras e livrarias do Brasil à mercê do entendimento do que é próprio ou impróprio a partir da ótica de cada um dos 5.470 prefeitos do país.

Encerramos essa edição histórica da Bienal Internacional do Livro Rio com o coração cheio de orgulho e determinação. A Bienal não acaba hoje. Ela seguirá com cada um de nós todos os dias. O festival foi memorável. Deu voz e ouvidos a todos os públicos. Reuniu e celebrou a cultura junto com autores, artistas, pensadores, lideranças de movimentos sociais, pastor

evangélico, monge zen budista, jornalistas, acadêmicos, ativistas, chef de cozinha e muitos outros.

Viva a Bienal do Livro Rio! Viva a cultura! Viva a liberdade e a democracia!!

- Babi Dewt
- Bruna Vieira
- Carina Rissi
- Clara Alves
- Eric Novelo
- Fabrício Carpinejar
- Felipe Neto
- Laurentino Gomes
- Lázaro Ramos
- Lucas Rocha
- Luly Trigo
- Matheus Rocha
- Matheus Souza
- Pam Gonçalves
- Pedro Bandeira
- Thalita Rebouças
- Vitor Martins

2. Data: 07 de fevereiro de 2020

Comunicado da Academia Brasileira de Letras

A Academia Brasileira de Letras vem manifestar publicamente seu repúdio à censura que atinge, uma vez mais, a literatura e as artes. Trata-se de gesto deplorável, que desrespeita a Constituição de 1988, ignora a autonomia da obra de arte e a liberdade de expressão. A ABL não admite o ódio à cultura, o preconceito, o autoritarismo e a autossuficiência que embasam a censura.

É um despautério imaginar, em pleno século XXI, a retomada de um índice de livros proibidos. Esse descenso cultural traduz não apenas um anacronismo primário, mas um sintoma de não pequena gravidade, diante da qual não faltará a ação consciente da cidadania e das autoridades constituídas.

Fonte: sitio eletrônico da Academia Brasileira de Letras.

3. Data: 07 de fevereiro de 2020

Carta aberta “Democracia e Liberdade de Expressão sob ameaça no Brasil” publicada no jornal inglês *The Guardian*.

Chico Buarque, Caetano Veloso, Sebastião Salgado, Arnaldo Antunes, Djamila Ribeiro, Milton Hatoum, Petra Costa and others

Democracy and freedom of expression are under threat in Brazil

Chico Buarque, Caetano Veloso, Sebastião Salgado, Arnaldo Antunes, Djamila Ribeiro, Milton Hatoum, Petra Costa and others

Brazil's rightwing regime wants to censor textbooks, spy on teachers, and repress minority and LGBTQ+ groups. We need the international community's support



‘The Bolsonaro administration has also made it clear it will not tolerate deviation from its ultra-conservative politics and worldview.’ Photograph: Carl de Souza/AFP/Getty Images

Imagem: jornal *The Guardian*, 7 feb. 2020. Fonte: sitio eletrônico do jornal *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/feb/07/democracy-and-freedom-of-expression-are-under-threat-in-brazil>

Democracy and freedom of expression are under threat in Brazil

Brazil's rightwing regime wants to censor textbooks, spy on teachers, and repress minority and LGBTQ+ groups. We need the international community's support

Brazil's democratic institutions are under attack. Since taking office, the Jair Bolsonaro administration, helped by its allies on the far right, has systematically undermined cultural, scientific and educational institutions in the country, as well as the press.

Early on, prominent members of Bolsonaro's political party started a campaign to encourage university and high school students to covertly film their teachers and denounce them for "ideological indoctrination". This persecution campaign, ominously called "School Without Party", created a sense of intimidation and fear in educational institutions in a country barely three decades out of an oppressive military regime. Last month, Bolsonaro suggested that the state should censor textbooks to promote conservative values.

The Bolsonaro administration has made it clear it will not tolerate deviation from its ultra-conservative politics and worldview. Last year the administration fired the marketing director of Banco do Brasil, Delano Valentim, for creating an ad campaign promoting diversity and inclusion, which was then censored by the government. Later that year, as Brazil's Amazon forest burned at an alarming rate, Bolsonaro's administration retaliated against scientists who dared to present facts. Ricardo Galvão, the former director of Inpe (National Institute for Space Research), was removed from his post for releasing satellite data on deforestation in the Amazon.

The government is also dangerously hostile to the media. On 21 January this year, the federal prosecutor's office opened a baseless investigation into the American journalist Glenn Greenwald and his team for participating in an alleged conspiracy to hack the cellphone of Brazilian authorities. The prosecution, a clear attack on freedom of the press, was a

response to a series of exposés that Greenwald and the Intercept published concerning possible corruption in Bolsonaro's inner circle.

This is not an isolated case. Government officials throughout the country, from regional courts to the military police, have taken it upon themselves to ideologically defend Bolsonaro and curtail free expression. In 2019 alone, there were 208 reported attacks on media and journalists in Brazil.

On 16 January, Bolsonaro and the then special secretary for culture, Roberto Alvim, filmed a joint broadcast that laid out their ideological plans for the country. They praised the "conservative turn" and the "resumption of culture" in the country. The next day, Alvim went further: during a video segment to announce a new national arts award, he made apparent allusions to Nazi principles and lifted phrases from the Nazi propagandist Joseph Goebbels.

Domestic outrage and international condemnation caused Alvim to step down. But Alvim was merely giving voice to Bolsonaro's far-right political project, which continues in full force: a continuous affront to freedom of expression, justified in the name of national culture. Public institutions that represent Brazil's multicultural heritage – the Superior Council of Cinema, Ancine, the Audiovisual Fund, the National Library, the Institute of National Historical and Artistic Heritage (Iphan) and the Palmares Foundation for Black Culture – have faced censorship, funding cutbacks and other political pressure.

The Brazilian film-maker Petra Costa, director of the documentary *The Edge of Democracy*, currently has a chance of becoming the first female Latin American director to win an Oscar. Yet Bolsonaro's secretary of communication recently used his official Twitter channel to disseminate a video attacking Costa as an anti-patriot spreading lies about the Bolsonaro government. Similarly, the feature films *Bacurau*, *Invisible Life* and *Babenco* received international acclaim at the Cannes and Venice film festivals, but Bolsonaro has declared that no good films have been produced in Brazil for a long time.

The Bolsonaro government is also working to reverse several important social achievements of the last two decades, including affirmative action. Between 2003 and 2017, the proportion of black students entering Brazilian universities increased 51%; the Bolsonaro regime wants to roll back this progress. Bolsonaro and his ministers routinely disparage ethnic minorities and the LGBTQ+ community – all while ignoring the violence and criminality of rightwing paramilitary militias.

This is a government that has no development plan for its people. Instead, the Bolsonaro regime is engaged in a dangerous culture war against contrived internal threats. It denies global warming and the burning of the Amazon, despises leaders who fight for the preservation of the environment, and disrespects the culture and environmental preservation carried out by indigenous communities.

We fear that these attacks on democratic institutions may soon become irreversible. Based on the most extreme and narrow conservative principles, Bolsonaro's project is to change the content of school textbooks and Brazilian films, restrict access to funding for scholarships and research, and intimidate intellectuals, journalists and scientists. We ask the international community to:

- Express public solidarity.
- Condemn the Bolsonaro government's attempts to put political pressure on artistic and cultural organizations.
- Pressure Brazil to fully respect the universal declaration of human rights, and thereby respect freedom of expression, thought and religion.
- Finally, we call on human rights bodies and the international press to put a spotlight on what is happening in Brazil. This is a grave political moment. We must reject the rise of authoritarianism.

More than 2,000 actors, academics, journalists, artists and others have signed this op-ed.

4. Data: 10 de maio de 2020

Manifesto de repúdio à Secretária Especial de Cultura, Regina Duarte.

Somos artistas brasileiros e fazemos parte da maioria de cidadãos e cidadãos que defende a democracia e apoia a independência das instituições para fazer valer a Constituição de 1988.

Fazemos parte da maioria que entende a gravidade do momento que estamos vivendo e pedimos respeito aos mortos e àqueles que lutam pela própria sobrevivência no país devastado pela pandemia e pela nefasta ineficiência do poder público.

Fazemos parte da maioria de brasileiros que não tolera os crimes cometidos por qualquer governo, que repudia a corrupção e a tortura e que não deseja a volta da ditadura militar.

Fazemos parte da maioria que não aceita os ataques reiterados à arte, à ciência e à imprensa, e que não admite a destruição do setor cultural ou qualquer ameaça à liberdade de expressão.

Como artistas, intelectuais e produtores culturais, formamos a maioria que repudia as palavras e as atitudes de Regina Duarte como Secretária de Cultura. Ela não nos representa.

Entre os signatários, estão vários autores da Rede Globo de Televisão: Alcides Nogueira e Bia Corrêa Lago; Alessandra Poggi; Alessandro Marson e Thereza Falcão; Cao Hamburger; Carlos Gregório; Daniel Adjafre; Daniel Ortiz; Duca Rachid e Thelma Guedes; Denise Bandeira; Emanuel Jacobina; George Moura; Geraldo Carneiro; Izabel de Oliveira; Julio Fischer e Suzana Pires; Lícia Manzo; Márcia Prates; Marcos Bernstein; Maria Helena Nascimento; Miguel Falabella; Paulo Halm e Rosane Svartman; Priscila Steinman; Vincent Villari e Maria Adelaide Amaral e Walcyrr Carrasco.

5. Data: 30 de maio de 2020

Manifesto “Juntos pela Democracia – Somos Muitos – Estamos Juntos”

Somos cidadãs, cidadãos, empresas, organizações e instituições brasileiras e fazemos parte da maioria que defende a vida, a liberdade e a democracia.

Somos a maioria e exigimos que nossos representantes e lideranças políticas exerçam com afinho e dignidade seu papel diante da devastadora crise sanitária, política e econômica que atravessa o país.

Somos a maioria de brasileiras e brasileiros que apoia a independência dos poderes da República e clamamos que lideranças partidárias, prefeitos, governadores, vereadores, deputados, senadores, procuradores e juízes assumam a responsabilidade de unir a pátria e resgatar nossa identidade como nação.

Somos mais de dois terços da população do Brasil e invocamos que partidos, seus líderes e candidatos agora deixem de lado projetos individuais de poder em favor de um projeto comum de país.

Somos muitos, estamos juntos, e formamos uma frente ampla e diversa, suprapartidária, que valoriza a política e trabalha para que a sociedade responda de maneira mais madura, consciente e eficaz aos crimes e desmandos de qualquer governo.

Como aconteceu no movimento Diretas Já, é hora de deixar de lado velhas disputas em busca do bem comum. Esquerda, centro e direita unidos para defender a lei, a ordem, a política, a ética, as famílias, o voto, a ciência, a verdade, o respeito e a valorização da diversidade, a liberdade de imprensa, a importância da arte, a preservação do meio ambiente e a responsabilidade na economia.

Defendemos uma administração pública reverente à Constituição, audaz no combate à corrupção e à desigualdade, verdadeiramente comprometida com a educação, a segurança e

a saúde da população. Defendemos um país mais desenvolvido, mais feliz e mais justo.

Temos ideias e opiniões diferentes, mas comungamos dos mesmos princípios éticos e democráticos. Queremos combater o ódio e a apatia com afeto, informação, união e esperança.

Vamos #JUNTOS sonhar e fazer um Brasil que nos traga de volta a alegria e o orgulho de ser brasileiro.

6. Data: 31 de maio de 2020

Manifesto “Basta!”

Basta!

O Brasil, suas instituições, seu povo não podem continuar a ser agredidos por alguém que, ungido democraticamente ao cargo de presidente da República, exerce o nobre mandato que lhe foi conferido para arruinar com os alicerces de nosso sistema democrático, atentando, a um só tempo, contra os Poderes Legislativo e Judiciário, contra o Estado de Direito, contra a saúde dos brasileiros, agindo despudoradamente, à luz do dia, incapaz de demonstrar qualquer espírito cívico ou de compaixão para com o sofrimento de tantos.

Basta!

A Constituição Federal diz expressamente que são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação e contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais (artigo 85, incisos II e VII). Pois bem, o presidente da República faz de sua rotina um recorrente ataque aos Poderes da República, afronta-os sistematicamente. Agride de todas as formas os Poderes constitucionais das unidades da Federação, empenhados todos em salvar vidas. Descumpre leis e decisões judiciais diuturnamente porque, afinal, se intitula a própria Constituição. O país é jogado ao precipício de uma crise política quando já imerso no abismo de uma pandemia que encontra no Brasil seu ambiente mais favorável, mercê de uma ação genocida do presidente da República.

Basta!

Nós profissionais do direito, dos mais diferentes matizes políticos e ideológicos, os que vivem a primavera de suas carreiras, os que chegam ao outono de suas vidas profissionais,

todos nós temos em comum a crença de que viver sob a égide do Direito é uma conquista civilizatória. Todos nós temos a firme convicção de que o Direito só tem sentido quando for promotor da justiça. Todos nós acreditamos que é preciso dar um BASTA a esta noite de terror com que se está pretendendo cobrir este país. Não nos omitiremos. E temos a certeza de que os Poderes da República não se ausentarão. Cobraremos a responsabilidade de todos os que pactuam com essa situação, na forma da lei e do direito, sejam meios de comunicação, financiadores, provedores de redes sociais. Ideias contrárias ao Estado e ao Direito não podem mais ser aceitas. Sejam intolerantes com os intolerantes!

Entre os signatários, encontram-se Antonio Claudio Mariz de Oliveira, Dalmo Dallari, Celso Lafer, Marcos da Costa, Mario Sergio Duarte Garcia, Pedro Gordilho, Sebastião Tojal e Cláudio Lembo, e também, os ex-ministros da Justiça José Carlos Dias, José Gregori e José Eduardo Cardozo.

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-30/juristas-lancam-manifesto-bolsonaro-defesa-instituicoes>.

7. Data: 01 de junho de 2020

Manifesto “Pelo respeito ao Estado Democrático de Direito!”

Nosso País vive um momento extremamente delicado.

Estamos situados dentro da maior catástrofe de saúde pública desde a Gripe Espanhola, ocorrida há cerca de 100 anos. Com ela, a crise econômica, que golpeia o mundo e o Brasil de forma inédita, realmente não tem precedentes.

O papel das lideranças políticas, especialmente daquelas que ocupam cargos de responsabilidade, é coordenar esforços para minimizar as perdas humanas, sociais e econômicas.

Além disso, num contexto de dificuldades a serem enfrentadas em todas as esferas da Federação, mostra-se imprescindível a quem, por força do cargo, ocupe posição de responsabilidade, que assuma seu papel, tendo como pano de fundo o incontornável respeito às Instituições e aos princípios que iluminam o Estado Social e Democrático de Direito, inaugurado com a Constituição de 1988.

Afirme-se desde logo: não há soluções para a crise, em todos os seus planos, a não ser nas linhas e entrelinhas do texto constitucional.

O que temos presenciado, entretanto, nos últimos tempos, é a desnecessária, exacerbada e, guardado o devido respeito, inadequada elevação das tensões.

A experiência humana, social e política na qual estamos inseridos, neste primeiro quartel do século 21, justifica que se invoque a lembrança de que experiências passadas, aqui e alhures, nas quais se abdicou do respeito às Instituições democráticas em prol de projetos mais ou menos personalistas ou ideológicos, temperados pelos sabores e pelas cores de cada momento, desaguaram, invariavelmente, em desilusões, sofrimentos, descrédito e insucesso!

Acreditamos, com tranquilidade, que o futuro reservará ao

nosso País e ao seu povo dias mais serenos, melhores e mais felizes. Seu potencial é imenso e quase que inigualável. Mas para que este destino seja realizado é imperativo que nos guiemos pelos limites fixados no Pacto Fundamental, ou seja, na Constituição da República.

O convívio no plano político e institucional, e o exercício das elevadas funções do Poder estatal, são ambientes nos quais naturalmente se apresenta o dissenso. E a divergência, no plano das ideias, é sempre positiva, pois se revela como oportunidade para ouvir, reavaliar, corrigir e seguir adiante.

A grave responsabilidade de conduzir os destinos da Nação, nos diferentes planos em que o Poder estatal é exercido, exige serenidade para ouvir e para compreender os diferentes papéis que, numa sinergia de forças, devem conduzir à realização do bem de todos, sempre trilhando aquilo que é autorizado pela ordem jurídica no Estado Constitucional e Democrático de Direito.

A liberdade de opinião e de manifestação do pensamento é assegurada pela ordem constitucional. A crítica respaldada em análise sóbria de fatos, respeitosa em relação àqueles aos quais é endereçada, é elemento vivo do pensamento e da convivência democrática.

Não se mostra aceitável, entretanto, que a pretexto do exercício da liberdade de expressão e de crítica se empregue, sem qualquer constrangimento, a ofensa, a admoestação gratuita, as agressões físicas ou verbais destrutivas e, ainda, pior, posturas distanciadas da realidade, reveladoras da incompreensão dos papéis de cada um no equilíbrio que deve ser observado num regime democrático.

O espírito republicano exige e impõe que todos saibamos ouvir. Mas determina também que o uso da palavra ocorra com respeito, com responsabilidade e com equilíbrio.

Não há caminho a não ser na lei. Seus grilhões são libertadores, pois é neles que se acomoda, com firmeza e confiança, o Estado de Direito.

Não há atalhos neste caminho. Ele passa necessariamente

pelo respeito à democracia, às Instituições, e pelo cumprimento da Constituição e das leis, cujo intérprete final é o Supremo Tribunal Federal, em consonância com aquilo que é estabelecido pela própria ordem constitucional.

Não há espaço, no sentido mais amplo possível, para qualquer esboço ou desejo de que as divergências, sejam elas quais forem, sejam resolvidas com posturas unilaterais, imperativas ou autoritárias, que não encontrem suporte nos limites do exercício das funções Legislativas, Executivas e Judiciárias, nos estritos moldes estampados no texto da Constituição.

Os anos que se seguiram à edição da Carta de 1988 já nos mostraram que as Instituições que nela se assentam são sólidas. Em mais de um momento, tensionadas, foram postas à prova, demonstraram sua resiliência e cumpriram prontamente seus encargos, sempre observando os limites que o Pacto fundamental assentou.

Temos tranquilidade para afirmar que, na página atual de nossa existência, não há vertente para qualquer solução que se afaste destes princípios!

São Paulo, 1º de junho de 2020.

Professores do Departamento de Direito Processual
da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

8. Data: 05 de agosto de 2020

Manifesto das entidades do livro – “Em defesa do livro”

ABRELIVROS | Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional

CBL- Câmara Brasileira do Livro

SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros

ABDR | Associação Brasileira de Direitos Reprográficos

ABDL | Associação Brasileira de Difusão do Livro

ABEU | Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ANL | Associação Nacional de Livrarias

LIBRE | Liga Brasileira de Editoras

Em virtude do projeto de reforma tributária proposto pelo Ministério da Economia, ora em tramitação no Congresso Nacional, as entidades representativas do livro no Brasil, signatárias deste Manifesto, consideram urgentes e necessárias as seguintes ponderações:

1. A Constituição Democrática de 1946 consagrou para o país o regime de isenção de impostos para o papel utilizado na impressão de livros, jornais e revistas. Inspirada na luta de intelectuais, editores e escritores, a emenda constitucional foi apresentada pelo autor brasileiro de maior prestígio internacional à época, Jorge Amado.

Por um lado, a isenção visava tornar o papel acessível às mais diferentes vozes no debate das questões nacionais, garantindo o suporte material para a livre manifestação de opiniões, por outro, barateava o produto final, permitindo que o livro e a imprensa pudessem chegar às camadas mais amplas da população, em um país onde o analfabetismo era, infelizmente, a regra e não a exceção.

A mudança constitucional possibilitou a criação e o desenvolvimento das bibliotecas públicas no país,

beneficiando as pessoas de menor poder aquisitivo e permitindo que o mercado editorial passasse a ter condições de publicar obras de alto valor intelectual e pedagógico, muitas delas sem apelo comercial, a custos compatíveis com o poder aquisitivo do leitor médio. Não há dúvidas de que a popularização do livro teve, e ainda tem, papel fundamental no aumento da educação do brasileiro.

2. De tal forma se enraizou no espírito da sociedade brasileira o apego à importância da leitura como fonte de educação e crescimento intelectual, de formação de cidadãos e cidadãs, de difusão da cultura e da informação qualificada, que a reforma de 1967 não só preservou o “espírito imunitário” da Constituição, como o ampliou, estendendo a isenção ao próprio objeto: o livro. A Constituição Cidadã de 1988 não poderia fazer diferente e consolidou a reiterada jurisprudência que isenta o livro, ferramenta básica de conhecimento, educação e cidadania, de impostos. A atual Carta Magna diz, em seu artigo 150, que é vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criarem impostos de qualquer natureza sobre o livro e a imprensa escrita
3. No entanto, dada a complexidade da legislação tributária brasileira, foram criadas ao longo dos anos contribuições sociais, como PIS e COFINS, incidindo sobre a receita das empresas. Uma vez que os livros não são imunes das contribuições, a Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 reduziu a zero a alíquota do PIS e da COFINS nas vendas de livros, em reconhecimento da importância deste bem para a sociedade. Isso permitiu uma redução imediata do preço dos livros nos anos seguintes: entre 2006 e 2011, o valor médio diminuiu 33%, com um crescimento de 90 milhões de exemplares vendidos. Os fatos demonstram claramente a correlação entre crescimento econômico, melhoria da escolaridade e aumento da acessibilidade do livro no país. A imunidade tributária está presente em vários países do mundo. Um relatório da International Publishers Association

(IPA) de 2018 argumenta que o livro não é uma commodity como qualquer outra: é um ativo estratégico para a economia criativa, que facilita a mobilidade social assim como o crescimento pessoal e traz a médio prazo benefícios sociais, culturais e econômicos para a sociedade. Qualquer aumento no custo, por menor que seja, afeta o consumo e, em consequência, os investimentos em novos títulos. A imunidade é uma forma de encorajar a leitura e promover os benefícios de uma educação de longo prazo. Recentemente, em abril do corrente ano, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime, reconheceu por meio da Proposta de Súmula Vinculante 132, que o direito à isenção tributária do livro se estendia também aos leitores eletrônicos. Enfim, está na tradição da formulação das leis brasileiras e na história das decisões jurídicas, bem fundamentadas e analisadas em vários períodos diferentes da nossa história, que o livro é disseminador de conhecimento em lato senso, e que deve contribuir para o combate à desigualdade de formação da população brasileira.

4. O escritor e editor Monteiro Lobato cunhou a famosa frase “um país se faz com homens e livros”; anos depois, o editor José Olympio acrescentou: “... e ideias”. Ai do país que se torna um deserto de homens, livros e ideias. Queimado em praça pública sempre que a intolerância triunfa, o livro resistiu aos séculos e atravessou as crises tendo a sua significação para a humanidade renovada e fortalecida. Aliás, existe alguma prova mais eloquente da importância do livro para as vidas humanas do que as estantes cheias de obras, tal como vemos na televisão e nas telas dos computadores e celulares, nesse momento de isolamento social? Os livros estão ali, às costas das pessoas como as asas de um anjo, significando proteção, sabedoria, compartilhamento de ideias e imaginário, reafirmando nossa fé na humanidade. O amor ao livro renasceu na pandemia. É fácil calcular o quanto o governo poderá arrecadar com a nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), proposta em

- regime de urgência ao Congresso. Muito mais difícil é avaliar o que uma Nação perde ao taxar o bem comum da formação intelectual de suas cidadãs e cidadãos. Em perspectiva histórica, o dinheiro arrecadado à cultura, aos livros e à formação científica significa, de fato, um desinvestimento no crescimento futuro do país – que não se dará sem o crescimento intelectual amplo e igualitário de sua população.
5. As instituições ligadas ao livro estão plenamente conscientes da necessidade da reforma e simplificação tributárias no Brasil. Mas não será com a elevação do preço dos livros – inevitável diante da tributação inexistente até hoje – que se resolverá a questão. Menos livros em circulação significa mais elitismo no conhecimento e mais desigualdade de oportunidades no país das desigualdades conhecidas, mas pouco combatidas. O Brasil foi o último país a acabar com a escravidão e um dos últimos a permitir a impressão e a circulação de livros e da imprensa, duas marcas negativas na nossa História que até hoje não conseguimos superar. Poucos se dão conta que o mercado nacional de livros tem menos de 200 anos. Enquanto em Paris, no Século das Luzes, lia-se Diderot e Voltaire, enquanto na Alemanha se lia Goethe, na Espanha o Dom Quixote tornava-se leitura popular, em Londres, ilustrava-se com os trabalhos de David Hume, nos Estados Unidos podia se formar o conceito de uma grande Nação nos escritos de homens públicos da estatura de Thomas Jefferson e Benjamin Franklin, no Brasil, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, um autodidata, articulava sua conjuração carregando um exemplar surrado e contrabandeado do “Compêndio das leis constitutivas das colônias inglesas confederadas sob a denominação de Estados Unidos da América” – em francês. Ainda não se descobriu nada mais barato, ágil e eficiente do que a palavra impressa – em papel ou telas digitais – para se divulgar as ideias, para se contar a história da humanidade, para multiplicar as vozes da diversidade, para denunciar as injustiças, para se prever as

mudanças futuras e para ser o complemento ideal da liberdade de expressão.

Fonte: sitio eletrônico da Câmara Brasileira do Livro.

9. Data: a partir de agosto de 2020

Selos e cartuns contra a taxação de livros em sítios eletrônicos de editoras

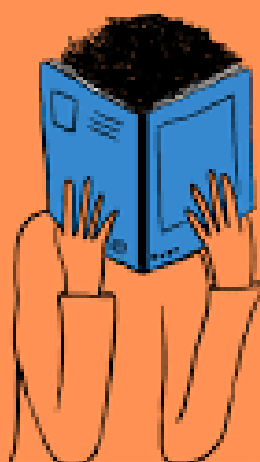
Editoras: Boitempo, Cortez, L&PM e Todavia

(Fonte: Imagens internet; Acesso em 03.09.2021)





DEFENDA O LIVRO.
NÃO
AO NOVO IMPOSTO.



todavia

ABEU carta

Por uma política nacional do livro universitário: conhecimento e ciência a favor da democracia

"Neste momento em que o País vivencia profunda crise humanitária e de desmonte de políticas públicas, de descaso com a educação, a ciência e a cultura, mas também em que se prepara para redefinir seus rumos, construindo novo futuro nas urnas, as editoras universitárias, reunidas na 34ª Reunião Anual da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), vêm reafirmar seu compromisso com o avanço da nossa sociedade, através da educação, cultura, pesquisa e da ampla difusão do conhecimento para todo o povo brasileiro.

A ABEU reitera a importância da consolidação da democracia no Brasil e o entendimento de que, em seu campo de atuação, isso se constrói a partir da garantia dos direitos ao livro e à leitura e passa pela urgente democratização do conhecimento, tanto na sua produção e difusão quanto na criação de oportunidades de acesso. A missão das editoras universitárias é contribuir para que conhecimentos e saberes se disseminem, com grande permeabilidade, entre aqueles que deles necessitam.

No entanto, sabemos que isso não pode ocorrer apenas de forma isolada e autônoma, com iniciativas pontuais, mas necessita, para cumprir-se com qualidade e franca acessibilidade, de políticas públicas amplas, integradas e duradouras. É fundamental que tenhamos viabilidade econômica e autonomia para atuação, assim como um campo científico que não esteja atrelado a indicadores de produtividade que levam pesquisadores a recorrer mecanicamente a vias de divulgação dos seus estudos sem poderem ter o necessário tempo para amadurecimento dos resultados. Sempre pautados pela lógica de um certo mercado.

Nesse arcabouço de uma visão estruturante, as editoras universitárias poderão assumir sua plena potencialidade de, além de publicar livros, construir pontes entre os saberes que emanam da comunidade e a ela retornam, como canais efetivos de difusão do conhecimento e avanço social, contribuindo para o fomento da bibliodiversidade no Brasil.

Diante do exposto, a Assembleia da ABEU defende: a importância de iniciativas para o fomento ao livro e à leitura; o fortalecimento das editoras universitárias, por meio da regulamentação específica do setor; e a integração com agências reguladoras e de fomento à pesquisa, com práticas e editais de apoio à publicação e circulação de livros e o desenvolvimento de estratégias de publicação e difusão de obras de acesso aberto, como forma de democratização do conhecimento.

A partir dessas considerações, a ABEU declara acreditar na ciência, na cultura e na defesa de que estes sejam direitos garantidos ao povo brasileiro, e coloca sua disposição em seguir contribuindo para a construção de um país melhor e mais justo e para que o livro seja um dos principais instrumentos nesse processo."

11. Data: 19 de julho de 2022

Carta aberta em defesa do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas

Aos candidatos e candidatas do campo democrático ao Governo Federal, aos Governos Estaduais, ao Congresso Nacional e assembleias estaduais e à sociedade brasileira.

Nos últimos anos, vivemos uma forte ofensiva contra o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas. Destacamos: o abandono das políticas públicas federais para o setor, com a desmobilização efetiva do Plano Nacional do Livro e Leitura/PNLL; a não efetivação da Lei 12.244/2010, pela universalização das bibliotecas escolares; e a não implantação da Lei 13.696/2018 que estabelece a Política Nacional de Leitura e Escrita/PNLE.

Ao contrário do incentivo necessário, vimos o desaparecimento dos parques recursos para a área, a tentativa de taxação do livro atingindo toda a cadeia produtiva, distributiva e consumidora, o abandono de programas específicos para as bibliotecas públicas, comunitárias, prisionais e escolares e a proliferação de um discurso despolitizante e superficial sobre a tecnologia do livro e o público leitor. Apesar dos ataques, nós resistimos, lemos, escrevemos, mediamos leituras, diminuimos a distância entre pessoas e livros.

O Brasil tem um potencial imenso para vir a ser um país que garante o direito à leitura para todos e todas. Periodicamente esse potencial é desperdiçado pela falta de incentivo e interrupção de políticas públicas que deveriam ser de Estado, permanentes.

A anomalia dos últimos anos, interrompendo um ciclo de crescimento e afirmação na formação de leitores/as, se intensificou durante a pandemia da covid-19. Mas, novamente e em situações limítrofes, os livros em seus diversos formatos mostraram que são refúgio e conforto. E não por acaso.

O acesso à leitura e ao livro são direitos humanos inalienáveis e, como tais, cumprem função essencial para que se produza reflexão. São também fundamentais para o fortalecimento da pluralidade de ideias e de desenvolvimento sustentável. Sabemos disto e agimos para que o desmonte e o negacionismo dos últimos anos não abalassem a vontade e a resiliência da sociedade e de todos aqueles que atuam na cadeia do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas.

Além disso, para nós, seguindo formulação do mestre Antônio Candido, a efabulação é uma capacidade humana ampla e irrestrita, que deve ser valorizada e cultivada em todas as sociedades. Nesse sentido, as tentativas despolitizadoras de excluir o livro da relação de necessidades básicas humanas explicitam o descompasso e a falta total de compromisso com a dignidade e a disseminação de conhecimento em nossa sociedade. Se, por um lado, a vida demanda a urgência da comida no prato; por outro, a utopia e a plena experiência de vida demandam a emergência do livro na mão. Nesse sentido, as ofensivas autoritárias devem ser rechaçadas não só pelo conjunto da área, mas por toda a sociedade em explícito e alto bom tom frente à censura, garantindo-se o direito de liberdade de expressão nas obras e suas aquisições para acervos. O livre saber e circulação de ideias são propulsores de uma sociedade democrática e justa

Enfatizamos, nesse contexto, as iniciativas de editoras independentes e comprometidas, das livrarias de rua que surgiram de forma autônoma - assim como diversos espaços privados de arte e educação que atuam com a intenção de fomento ao direito ao livro e à leitura. Mantidos pelo esforço contínuo, todos eles se somaram às escolas e bibliotecas de acesso público que seguem na resistência e na construção de uma sociedade leitora. Foi intensa a dedicação de mediadores/as de leitura para que não faltasse literatura nas áreas mais extremas e profundas do nosso país.

O ano de 2022 é de relevância no cenário nacional e nele poderemos mudar o rumo destrutivo que o atual governo

imprime à cultura e à educação, entre tantos outros atentados à democracia. Por essa razão, escritores/as, editores/as, livreiros/as, bibliotecários/as, produtores/as e incentivadores/as do livro e da leitura nas plataformas digitais, professores/as e mediadores/as de leitura, resolveram se reunir para apresentar dez pontos que consideram sintetizar o acúmulo de ideias formuladas por profissionais e ativistas para o conjunto da sociedade, tanto aos/às que pleiteiam cargos e representação pública, quanto ao empresariado nacional. Nesses dez pontos prioritários para a retomada das políticas públicas para a formação de leitores/as, queremos potencializar as discussões públicas com a sociedade brasileira e com os/as que reivindicam um posto de poder nos governos e parlamentos em outubro.

Comida no prato e livro na mão! 10 Propostas Pela Defesa do Livro e ao Direito à Leitura no Brasil:

1. Regulamentar e implantar nos primeiros dias do novo governo a Lei 13.696/2018 que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita/PNLE. Para tanto, é preciso iniciar imediatamente os trabalhos para construção do novo Plano Nacional do Livro e Leitura/PNLL em seu formato decenal no primeiro semestre de 2023, obedecendo o determinado pela lei em suas diretrizes e objetivos, assim como as regras de sua elaboração, garantindo a representatividade da sociedade civil e a criação de um fundo financeiro e condicionalidades para a sua aplicação em estados e municípios;
2. A partir da esfera federal buscar o diálogo para ampliação do grande pacto social em torno da leitura e expresso no PNLL. Isto significa ampliar e incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas, adaptando as grandes diretrizes nacionais à multidiversa territorialidade e características culturais do nosso país, bem como através do incentivo para a instituição de mecanismos de participação e controle social, e transparência na efetivação das políticas públicas para a área;
3. Criar, restabelecer e financiar ainda em 2023 programas e

- ações no âmbito do pacto federativo para priorizar investimentos de criação, modernização e sustentabilidade, principalmente no que tange aos recursos humanos, em bibliotecas vivas de acesso público - públicas, escolares, prisionais e comunitárias. Esta medida, necessária a um país percorrido por inúmeras vulnerabilidades e com uma população com baixo poder aquisitivo, é instrumento imprescindível para democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade, desde a primeiríssima infância com recursos para qualificar esta pauta;
4. A mediação da leitura é fundamental para a formação de novos leitores/as. Reivindicamos programas e projetos para estimular, ampliar e fomentar a formação de mediadores/as e promotores de leitura em plataformas digitais, bem como fortalecer ações de estímulo à leitura e às tradições orais e de oralitura. Para tanto, é urgente investir na formação continuada em práticas de escrita e leitura para professores/as, bibliotecários/as, agentes de leitura, contadores/as de histórias, entre outros/as agentes educativos/as, culturais e sociais, e garantir que tenham a oportunidade de registrar seus caminhos e práticas em seus espaços de atuação;
 5. Um país de leitores/as precisa ter uma economia do livro forte e independente, insubmissa às conveniências editoriais e financeiras dos grandes centros produtores internacionais, bem como resistente a movimentos de caráter censórios. É preciso promover a bibliodiversidade e dialogar com o mundo editorial de forma ativa. Medidas de incentivo e regulação do mercado editorial e regularização de pareceristas nas decisões sobre conteúdos editoriais didáticos, além do impulsionamento à criação e viabilidade de livrarias, editoras, feiras e festas de livros e eventos literários são consideradas fundamentais para o desenvolvimento da produção intelectual e para o fortalecimento da economia e do poder de influência cultural nacional;

6. Promover as literaturas, as humanidades, as ciências, as diferentes formas de saber e produção de conhecimentos. Nesse sentido, é preciso garantir o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e científico em território nacional e no exterior, para autores/as e escritores/as, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos, inclusive a participação ativa em feiras de livros internacionais;
7. O setor editorial e livreiro se caracteriza por constantes mudanças e inovações desde a produção da escrita até os processos de edição, distribuição e mediação. Com a aceleração digital e novos suportes virtuais e formas de escrever e ler, são fundamentais as ações cooperadas dos governos, universidades e centros de pesquisa para promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;
8. É igualmente importante o incentivo às pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor, bem como fomentar publicações com a pluralidade idiomática dos povos originários;
9. Garantir que todos os programas, ações e seus respectivos gestores tenham como referência um olhar antirracista e decolonial, conforme previsto nas leis 11.645/2008 e 10.639/2003. Isso implica pautar-se pelo combate ao racismo e aos preconceitos de toda ordem, valorizando a pluralidade em todos os seus âmbitos. A acessibilidade deve ser ampla e irrestrita como diretriz fundamental para o justo enfrentamento de problemas estruturais historicamente persistentes;
10. Garantir que os programas e projetos, assim como a elaboração do PNLL decenal, seja pautada pela atenção ao

acesso às tecnologias virtuais, notadamente o acesso livre, amplo e irrestrito à Internet. Nesta perspectiva de inclusão digital, articular as ações de formação de leitores/as com programas de acesso digital para faixas marginalizadas da população e desenvolvidos por (outros) diferentes ministérios, governos estaduais e municipais e empresas públicas ou privadas.

(idealizada por Juliana Borges (escritora), Bel Santos Mayer (educadora), e José Castilho Marques (consultor e, ex-secretário do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL))

12. Data: 11 de agosto de 2022

“Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado democrático de direito”

Em agosto de 1977, em meio às comemorações do sesquicentenário de fundação dos cursos jurídicos no país, o professor Goffredo da Silva Telles Junior, mestre de todos nós, no território livre do Largo de São Francisco, leu a Carta aos Brasileiros, na qual denunciava a ilegitimidade do então governo militar e o estado de exceção em que vivíamos. Conclamava também o restabelecimento do estado de direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A semente plantada rendeu frutos. O Brasil superou a ditadura militar. A Assembleia Nacional Constituinte resgatou a legitimidade de nossas instituições, restabelecendo o estado democrático de direito com a prevalência do respeito aos direitos fundamentais.

Temos os poderes da República, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, todos independentes, autônomos e com o compromisso de respeitar e zelar pela observância do pacto maior, a Constituição Federal.

Sob o manto da Constituição Federal de 1988, prestes a completar seu 34º aniversário, passamos por eleições livres e periódicas, nas quais o debate político sobre os projetos para o país sempre foi democrático, cabendo a decisão final à soberania popular.

A lição de Goffredo está estampada em nossa Constituição “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Nossas eleições com o processo eletrônico de apuração têm servido de exemplo no mundo. Tivemos várias alternâncias de poder com respeito aos resultados das urnas e transição republicana de governo. As urnas eletrônicas revelaram-se seguras e confiáveis, assim como a Justiça Eleitoral.

Nossa democracia cresceu e amadureceu, mas muito ainda há de ser feito. Vivemos em país de profundas desigualdades sociais, com carências em serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança pública. Temos muito a caminhar no desenvolvimento das nossas potencialidades econômicas de forma sustentável. O Estado apresenta-se ineficiente diante dos seus inúmeros desafios. Pleitos por maior respeito e igualdade de condições em matéria de raça, gênero e orientação sexual ainda estão longe de ser atendidos com a devida plenitude.

Nos próximos dias, em meio a estes desafios, teremos o início da campanha eleitoral para a renovação dos mandatos dos legislativos e executivos estaduais e federais. Neste momento, deveríamos ter o ápice da democracia com a disputa entre os vários projetos políticos visando convencer o eleitorado da melhor proposta para os rumos do país nos próximos anos.

Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições.

Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. São intoleráveis as ameaças aos demais poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional.

Assistimos recentemente a desvarios autoritários que puseram em risco a secular democracia norte-americana. Lá as tentativas de desestabilizar a democracia e a confiança do povo na lisura das eleições não tiveram êxito, aqui também não terão.

Nossa consciência cívica é muito maior do que imaginam os adversários da democracia. Sabemos deixar ao lado divergências menores em prol de algo muito maior, a defesa da ordem democrática.

Imbuídos do espírito cívico que lastreou a Carta aos Brasileiros de 1977 e reunidos no mesmo território livre do Largo

de São Francisco, independentemente da preferência eleitoral ou partidária de cada um, clamamos às brasileiras e brasileiros a ficarem alertas na defesa da democracia e do respeito ao resultado das eleições.

No Brasil atual não há mais espaço para retrocessos autoritários. Ditadura e tortura pertencem ao passado. A solução dos imensos desafios da sociedade brasileira passa necessariamente pelo respeito ao resultado das eleições.

Em vigília cívica contra as tentativas de rupturas, bradamos de forma uníssona:

Estado Democrático de Direito Sempre!!!!

Redigida, entre outros, por: Carlos Ayres Britto, Carlos Velloso, Celso de Mello, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Eros Grau, Francisco Rezek, Joaquim Barbosa, Marco Aurélio Mello, Nelson Jobim, Sepúlveda Pertence e Sydney Sanches. Assinada por mais de um milhão de pessoas.

Fonte: sitio eletrônico da Faculdade de Direito da USP.

Sobre os autores

Sandra Reimão

Professora livre docente de Comunicação e Cultura na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Publicou, entre outros, os livros: *Mercado Editorial Brasileiro* (nova ed. - São Paulo: ECA-USP, 2018) e *Repressão e resistência - censura a livros na ditadura militar* (2a ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2019).

João Elias Nery

Doutor em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pós-doutorado em Comunicação e Cultura pela EACH-USP. É docente na Faculdade Paulus de Comunicação, FAPCOM, em São Paulo. Além de vários estudos e artigos acadêmicos, publicou o livro *Graúna e RêBordosa: o humor gráfico brasileiro de 1970 e 1980* (São Paulo: edições Pulsar, 2006).

Flamarion Maués

Doutor em História Social pela USP. Professor de História no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São José dos Campos. Publicou, entre outros, os livros *Livros que tomam partido: edição e revolução em Portugal 1968-1980* (Lisboa: edições Parsifal, 2019) e *Livros contra ditadura: editora de oposição no Brasil 1974-1984* (São Paulo: Publisher Brasil, 2013).

1º edição

Julho 2023

Projeto Gráfico

Ivan Coluchi

Tipografia

Candara (títulos)

Roboto (texto)

Os direitos das imagens e obras apresentadas pertencem a seus respectivos autores e foram utilizados de acordo com o Artigo 46 da Lei 9.610/98, que permite a reprodução para fins acadêmicos.